MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO
AUTOAVALIAÇÃO
2012

Teresina – PI

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Serviço de Processamento Técnico

R382 Relatório Autoavaliação Institucional UFPI 2012

Mirtes Gonçalves Honório,Organizador,Maria Rosália Ribeiro Brandim e Djanira do Espírito Santos Lopes Cunha,Colaboradores / -Teresina: Comissão Própria de Avaliação, 2013.

101 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

DIRIGENTES

REITOR
José Arimatéia Dantas Lopes

VICE-REITORA
Nadir do Nascimento Nogueira

PRÓREITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
Edilberto Duarte Lopes

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO
Jovita Maria Terto Madeira Nunes

PRÓ-REITORA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
Maria do Socorro Leal Lopes

PRÓ-REITOR DE PESQUISA
Pedro Vilarinho Castelo Branco

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
Helder Nunes da Cunha

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Maria da Glória Carvalho Moura

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS
Cristiane Batista Bezerra Torres

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL (DIAI)
Maria do Carmo de Souza Batista

PROCURADORIA INSTITUCIONAL (PI)
Teresa Christina Torres Silva Honório

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

MANDATO: 26/05/2012 a 26/05/2014

COORDENAÇÃO

Mirtes Gonçalves Honório

MEMBROS

Representantes Docentes

Antônia Edna Brito

Carlos Ernando da Silva

Maria Rosália Ribeiro Brandim

Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva

Representantes dos Servidores Técnico-administrativos

Alberto Luís da Silva Pinto

Djanira do Espírito Santos Lopes Cunha

Representantes Discentes

Egnard Gonzaga de Aragão Ferreira (Pós Graduação)

Tarianna Lustosa Santos (Graduação)

Representante da Sociedade Civil

Roberta Atta Farias

COMISSÕES SETORIAIS

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PARNAÍBA

Coordenação

Álvaro José Ribeiro Caldas

Representantes Docentes

Carlos Renato dos Santos

Pedro Alencar Carvalho Silva

Representantes Técnico-administrativos

Severo Vieira Neto

Representantes Discentes

Pedro Victor Modesto Batista

Jacy Luiz de Jesus Batista

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS - PICOS

Coordenação

Maria Cézar de Sousa.

Representantes Docentes

José Ribamar Pereira

Paulo Cesar Lima Sales

Representantes Técnico-administrativos

Maria Icelsa Custódio de Barros Santos

Tersysdalva Pereira da Costa

Representantes Discentes

João Bosco Evangelista Lima

Gledson Lima e Silva

CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL - FLORIANO

Coordenação

Edivaldo Leal Queiroz

Representantes Docentes

Mauro Sérgio Cruz Lima

Rute Irene Claudio Crispim

Representantes Técnico-administrativos

Adalgisa Costa Melo

Delmárcio de Moura Sousa

Representantes Discentes

Hitalo Saiang Ferreira Borges

Alexsandro Naponuceno Rodrigues

***CAMPUS* PROFESSORA CINOBELINA ELVAS – BOM JESUS**

Coordenação

Marisa Lopes

Representantes Docentes

Katiene Régia Silva Sousa

Fernanda Patrícia Gottardi

Representantes Técnico-administrativos

Amanda Costa Santos

Representantes Discentes

Jamille Silva Machado

Isabelle Jonayra Sales da Silva

***CAMPUS* MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - TERESINA**

Centro de Ciências Humanas e Letras - CCHL

Coordenação

Raimundo Lenilde de Araujo

Representantes Docentes

Maria de Lourdes de Melo Salmito

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Representantes Técnico-administrativos

Maria do Socorro Estrela Teixeira

Representantes Discentes

Nildemar Pereira da Silva

Luan Francisco Gonçalves Morais

Centro de Ciências Agrárias - CCA

Coordenação

Antônio Aécio de Carvalho Bezerra

Representantes Docentes

Mônica Arrivabene

Luis Alfredo Pinheiro Leal Nunes

Representantes Técnico-administrativos

Alberto Luiz da Silva Pinto

Representantes Discentes

José Marques da Costa Neto

Jassan Sousa Silva

Centro de Ciências da Natureza - CCN

Coordenação

Andrea Lourdes Monteiro Scabello

Representantes Docentes

Maria de Nazaré Bandeira dos Santos

Janildo Lopes Magalhães

Representantes Técnico-administrativos

Elvina Maria de Sousa Barbosa

Representantes Discentes

Cleomara Rodrigues do Nascimento

Centro de Tecnologia - CT

Coordenação

Renata Barbosa

Representantes Docentes

Alessandro Rhadamek Alves Pereira

Aryfrance Rocha Almeida

Representantes Técnico-administrativos

Elinara Soares Barbosa de Sousa

Dárcia Alencar de Sousa

Representantes Discentes

Hercília Raquel Mendes

André Luís Araújo Andrade

Centro de Ciências da Educação - CCE

Coordenação

Iara Mesquita da Silva Braga

Representantes Docentes

Tecla Dias Torres

Francisco Williams de Assis S. Gonçalves

Representantes Técnico-administrativos

Zilmara Araújo Cardoso

Representantes Discentes

Fabrício Ferreira Neri da Silva

Hidelfonso Ramon Pessoa

Centro de Ciências da Saúde – CCS

Coordenação

Airton Mendes Conde Júnior

Representantes Docentes

Carla Maria de Carvalho Leite

José Carlos Pereira Soares

Representantes Técnico-administrativos

Francisco Antônio Leite

José de Carvalho Sousa

Representantes Discentes

Rodolfo Soeiro Machado

Rafael de Moraes Coelho

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPEX	Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão
CMRV	*Campus* Ministro Reis Velloso
CSHNB	*Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DIAI	Diretoria de Avaliação Institucional
EaD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
IGC	Índice Geral dos Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PRAEC	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
PREG	Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
PREX	Pró-Reitoria de Extensão
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em
PROBEX	Programa de Bolsas Concedidas
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
SIG	Sistemas Institucionais Integrados
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFPI	Universidade Federal do Piauí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadros

Quadro 1 Dados cadastrais da Mantida 19
Quadro 2 Dados cadastrais da Mantenedora.....20
Quadro 3 Dados cadastrais dos da UFPI 20
Quadro 4 Participação da comunidade acadêmica na autoavaliação – 2012 32
Quadro 5 Cursos integrantes da autoavaliação UFPI/2012 33
Quadro 6 Avaliações externas realizadas no período de 2012 79
Quadro 7 Avaliações Externas realizadas no período de 2012 - EaD.....79

Figuras

Figura 1 Organograma da UFPI 23
Figura 2 Etapas da autoavaliação institucional 2012 37
Figura 3 Dimensões Institucionais.....77

Gráficos

Gráfico 1 Conhecimento sobre a missão e PDI da UFPI 43
Gráfico 2 Compromisso da UFPI com a missão e seus objetivos 43
Gráfico 3 Articulação entre ensino- pesquisa- extensão 48
Gráfico 4 Articulação entre teoria e prática na operacionalização do currículo.....49
Gráfico 5 Acompanhamento de qualidade nas orientações 49
Gráfico 6 Correlação das unidades curriculares do curso com o estágio 50
Gráfico 7 Relevância do TCC/monografia 50
Gráfico 8 A carga horária para orientação do TCC/monografia é satisfatória 51
Gráfico 9 Realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais....51
Gráfico 10 Atividades de extensão.....52
Gráfico 11 Atividades esportivas 52
Gráfico 12 Atividades artísticas 53
Gráfico 13 Disponibilização de bolsas de apoio aos discentes 57
Gráfico 14 Existência de condições satisfatórias de acessibilidade 58

Gráfico 15 Divulgação do conhecimento 58
Gráfico 16 Contribui para o desenvolvimento econômico e social do Estado 59
Gráfico 17 Eficácia dos meios de comunicação interna e externa 62
Gráfico 18 Existência de mecanismos de comunicação 63
Gráfico 19 Existência de informação dirigida ao público interno e externo 63
Gráfico 20 Utilização da Ouvidoria 64
Gráfico 21 Imagem pública da UFPI 64
Gráfico 22 Satisfação quanto ao atendimento nos setores da UFPI 65
Gráfico 23 Apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos 67
Gráfico 24 Satisfação em relação ao programa de formação continuada.....68
Gráfico 25 Participação dos representantes da comunidade acadêmica.....70
Gráfico 26 Cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários 71
Gráfico 27 As salas de aula da UFPI são 73
Gráfico 28 Qualidade dos laboratórios 73
Gráfico 29 Qualidade da Biblioteca comunitária (central) 74
Gráfico 30 Qualidade das bibliotecas setoriais 74
Gráfico 31 Qualidade dos auditórios 75
Gráfico 32 Qualidade das áreas de convivência 75
Gráfico 33 Qualidade dos bebedouros e os banheiros 76
Gráfico 34 Qualidade dos serviços de internet e os recursos de TIC.....76
Gráfico 35 Conhecimento acerca da existência e funcionamento da CPA 80
Gráfico 36 Conhecimento sobre os resultados da autoavaliação 81
Gráfico 37 Disponibilização de apoio acadêmico ao aluno 86
Gráfico 38 Políticas de acesso e permanência estudantil 86
Gráfico 39 Importância da mecanismos de permanência 87
Gráfico 40 Qualidade da aplicação dos recursos públicos.....89
Gráfico 41 Adequação da aplicação dos recursos 90

PREFÁCIO

A Universidade Federal do Piauí, nessa última década, registrou expressivo crescimento em todos os indicadores nas áreas do ensino, da pesquisa, extensão e pós-graduação, respeitando a sua inserção social e demonstrando marcante compromisso com a geração de novos conhecimentos e com a transferência de tecnologias que favoreçam o desenvolvimento do Estado da nação brasileira.

Acompanhando a política nacional de democratização do acesso ao ensino superior, a UFPI, nos seus cinco campi, tem assegurado aos jovens a oportunidade de ingressar numa instituição pública de ensino de qualidade, contribuindo com a formação de profissionais competitivos, em diversas áreas do saber e, dessa forma, reduzindo as desigualdades regionais.

Considerando esse cenário, é necessário e imperioso o planejamento de ações e estratégias para definirmos as metas que precisaremos traçar na perspectiva da excelência do ensino, articulado com a pesquisa e a extensão, aliado ao processo de internacionalização.

Neste sentido, a autoavaliação é, sem dúvida, uma ferramenta imprescindível, para identificarmos como a comunidade universitária vivencia, nos seus espaços, os processos que envolvem o fazer acadêmico, administrativo e de interrelação com a sociedade.

Com a aplicação desse instrumento, poderemos descobrir nossas potencialidades, nossas experiências bem sucedidas e, principalmente, as demandas que ainda se apresentam e os procedimentos que precisam ser repensados para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Uma oportunidade para refletirmos qual a UFPI que temos e a que queremos.

O propósito desse relatório é apresentar os indicadores da Universidade Federal do Piauí, resultantes da autoavaliação realizada, junto à comunidade universitária, que certamente subsidiará a atual gestão a adoção de medidas e estratégias que se traduzam na melhoria da qualidade do ensino e na consolidação do seu crescimento e expansão, vivenciados por todos que fazem esta instituição de ensino superior.

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Reitor da UFPI

SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO.....15

PARTE I.....16

1 DADOS INSTITUCIONAIS OFICIAIS.....17

1.1 Caracterização da Mantida.....17

1.2 Caracterização da Mantenedora.....18

1.3 Caracterização dos *Campi*.....18

PARTE II.....22

2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL.....23

2.1 Dimensões da Autoavaliação Institucional.....24

2.2 Avaliação interna (autoavaliação) da UFPI.....25

2.2.1 Autoavaliação de 2012 na UFPI.....27

2.2.2 Metodologia.....30

PARTE III.....35

3 ANÁLISE DAS DIMENSÕES.....36

3.1 Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.....36

3.2 Dimensão 2 – As Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão.....41

3.3 Dimensão 3 – Responsabilidade Social.....50

3.4 Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade.....56

3.5 Dimensão 5 – Políticas de Pessoal (Corpo Docente e Técnico administrativo)...62

3.6 Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição.....65

3.7 Dimensão 7 – Infraestrutura Física.....68

3.8 Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação.....73

3.9 Dimensão 9 – Políticas de Atendimento aos Discentes.....77

3.10 Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira.....83

CONSIDERAÇÕES FINAIS 86

REFERÊNCIAS 88

APÊNDICE 89

APRESENTAÇÃO

A Autoavaliação Institucional da UFPI tem como propósito possibilitar a Universidade tomar consciência do projeto pedagógico que está desenvolvendo em seu cotidiano e, assim, oferecer subsídios para a melhoria da qualidade e o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica, podendo assim, reafirmar sua identidade social. Um dos desafios que a autoavaliação enfrentou foi o de procurar captar o sentido comum de universidade construído por discentes, docentes, técnico-administrativos e gestores que nela atuam sem perder de vista a perspectiva da diversidade e complexidade das diferentes ações desencadeadas pela Instituição.

Este relatório está organizado em três partes com base nas 10 dimensões do SINAES, com informações quantiqualitativas, de forma a compor a visão do cenário educacional da UFPI, focalizando, de forma especial, os resultados positivos, as dificuldades e os esforços colocados pelos desafios de ampliar a sua atuação acadêmica e de criar novos cursos, assegurando a qualidade no ensino.

Na primeira parte, estão explicitados os dados da Instituição. Na segunda, apresentamos informações acerca da política de avaliação do ensino superior no Brasil, destacando as dimensões da autoavaliação institucional e o processo de autoavaliação na UFPI, detalhando o encaminhamento metodológico adotado e os instrumentos avaliativos utilizados. Na terceira parte, encontram-se registrados os resultados, considerando as diferentes dimensões institucionais avaliadas, na qual procuramos discutir as diretrizes e as políticas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI.

Nas considerações finais, quarta parte deste relatório, trazemos uma análise global dos resultados e apresentamos desafios institucionais para a superação das fragilidades evidenciadas ao longo de todo processo.

Profa. Dra. Mirtes Gonçalves Honório
*Coordenadora da CPA - UF*PI

PARTE I

DADOS DA INSTITUIÇÃO

1 DADOS INSTITUCIONAIS OFICIAIS

A UFPI integra o Sistema Federal de Ensino e, portanto, possui cadastro no sistema e-MEC, conjuntamente com sua Mantenedora e seus *Campi*.

1.1 Caracterização da Mantida

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina (onde está localizado o *Campus* central), com quatro outros sediados nas cidades de: Parnaíba, Picos, Bom Jesus e Floriano. Goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, pautando-se na utilização de recursos humanos e materiais, enfatizando a universalidade do conhecimento e o fomento à interdisciplinaridade.

Ministra cursos presenciais e a distância, conferindo os graus de "bacharel" e "licenciado" aos concluintes dos seus cursos de graduação e outorga os títulos de "especialista", "mestre" e "doutor", aos concluintes dos seus programas de Pós-Graduação.

Sua gestão obedece a decisões colegiadas e adota a estrutura *multi.* Os dados da Mantida cadastrados no sistema e-MEC são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Dados cadastrais da Mantida

Nome da Mantida: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ Cód. 005	
Sigla: UFPI	Disponibilidade do Imóvel: Próprio
CEP:	64049550 Caixa Postal
UF:	PI Município: Teresina
Bairro: Ininga	Endereço: *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portela Av. Universitária
Complemento SG 07	Nº: s/n
Telefone(s): (86) 3215 5620; (86) 3215 5621; (86) 3215 1104	Fax: (86) 3215 5880; (86)3215 1104
Site:	http://www.ufpi.br
Organização Acadêmica:	Universidade

Fonte: UFPI, 2012.

1.2 Caracterização da Mantenedora

A UFPI é mantida com recursos do Ministério da Educação repassados por meio de uma Fundação especialmente instituída, no ato de sua criação, para tal fim, cujos dados cadastrais junto ao Ministério da Educação, estão sumarizados no Quadro 2.

Quadro 2 - Dados cadastrais da Mantenedora.

Razão Social: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ		
CNPJ: 06.517.387/000134		
Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Público Federal		
CEP: 64049550	Caixa Postal:	
UF: PI	Município: Teresina	
Bairro: Ininga	Endereço: Avenida Universitária	
Complemento	Nº: s/n	
Telefone(s): 8632155511	Fax: 8632155511	Site: www.ufpi.br
IGC Índice Geral de Cursos	4	
Email:	cpa@ufpi.edu.br	

Fonte: UFPI, 2012.

1.3 Caracterização dos *Campi*

A UFPI possui cinco *campi*, sendo um na sede da instituição e quatro outros sediados no interior do Estado.

Quadro 3 - Dados cadastrais dos *Campi* da UFPI.

Código e-MEC	Nome do *Campus*	Endereço
102559	Ministro Petrônio Portella	Av. Universitária, s/n Bairro Ininga. CEP 64.049550 Teresina-PI
338	Ministro Reis Veloso	Av. São Sebastião, 2819 Centro. CEP 64.200020 Parnaíba-PI
1002563	Senador Helvídio Nunes de Barros	Rua Cícero Duarte, 905 Bairro Junco CEP 64.600971 Picos-PI.
1002562	Professora Cinobelina Elvas	BR 135, Km 3 Planalto Horizonte. CEP 64.800000 Bom Jesus-PI
1002561	Amílcar Ferreira Sobral	BR 343, Km 3,5 s/n Bairro Meladão. CEP 64.800000 Floriano-PI

Fonte: UFPI, 2012.

A UFPI orienta suas ações no sentido de “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado”, de forma a:

> a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
> b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;
> c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira;
> d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação;
> e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
> f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
> g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição (ESTATUTO DA UFPI, 2004).

Esta IES ministra 159 cursos, sendo 101 cursos de graduação na modalidade presencial, 12 cursos de graduação na modalidade à distância em 30 pólos de apoio presencial e, 46 cursos do convênio PARFOR (Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica).

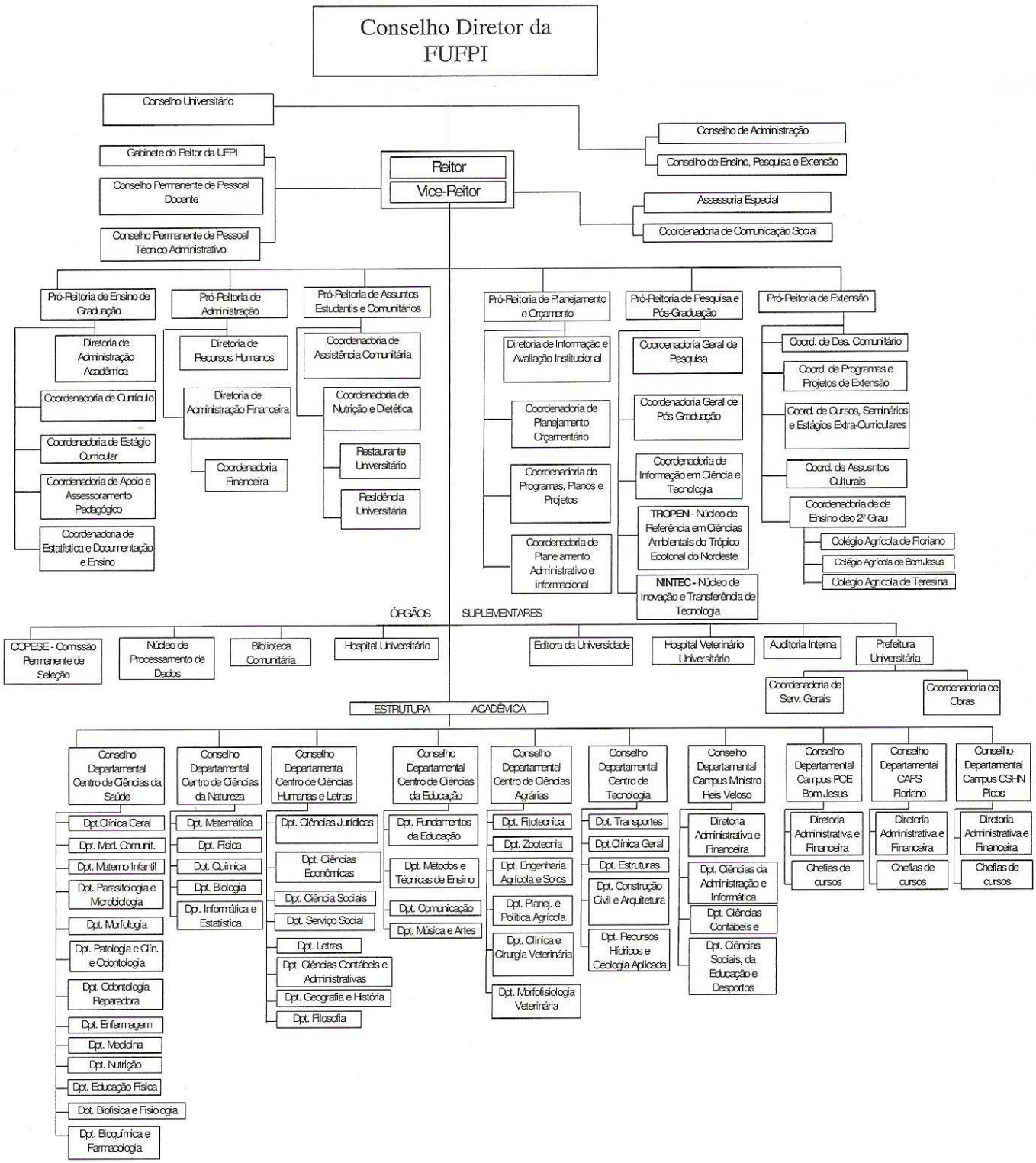
A UFPI possui 21.285 alunos de graduação matriculados no ensino presencial, 7.423 na modalidade EaD e 1.297 alunos de Pós-Graduação. Possui, ainda, 36 (trinta e seis) Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, nos quais são desenvolvidas as atividades de 30 (trinta) Mestrados Acadêmicos, 01 (um) Mestrado Profissional, 03 (três) Doutorados Institucionais e 02 (dois) Doutorados em Rede, 13 (treze) DINTERs, 02 (dois) MINTERs, 06 (seis) PROCADs e 21 (vinte e um) CASADINHO/PROCAD com renomadas universidades do nosso país.

Na modalidade *Lato Sensu*, no ano de 2012, a UFPI ofereceu 11 cursos de Especialização, abrangendo diversas áreas do conhecimento, capacitando um

segmento importante de profissionais que atuam no nosso Estado e fora deste. A Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFPI é subdividida em Cursos de Especialização, Programas de Residência Médica e de Residência Multiprofissional em Saúde e em Área Profissional da Saúde.

Nos últimos anos, de 2009 a 2012, a UFPI vem trabalhando no sentido de proceder a ajustes em suas bases de dados, principalmente no que diz respeito ao ensino de graduação. Nesse sentido, adquiriu junto à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o (SIG) Sistemas Institucionais Integrados, composto pelos seguintes sistemas: SIGAA, SIPAC, SIGRH e SIGAdmin, que se encontra em fase de implantação/implementação, visando a dar maior confiabilidade às informações institucionais.

1.4 Figura 1 - Organograma da UFPI



Fonte: PDI 2010 - 2014

PARTE II

AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

2 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Atualmente a avaliação do ensino superior ocupa um lugar de destaque nas políticas públicas educacionais, e tem sido considerada, segundo Dourado (2002), como um dos seus eixos estruturantes na contemporaneidade. Assim, vem sendo difundida como um instrumento necessário para promover a melhoria do ensino e o desenvolvimento da produção científica nas universidades e ao mesmo tempo, apresenta-se como uma exigência da sociedade no sentido de que as IES prestem contas do uso que fazem dos recursos que recebem e dos seus desempenhos no cumprimento de funções para as quais foram criadas.

No cenário educacional brasileiro, é a partir da década de 1990 que a avaliação ganha visibilidade, com a criação do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB), que surgiu com a necessidade de imprimir uma avaliação de caráter permanente e que somasse o resultado de outras avaliações ao processo. Hoje, a avaliação adquiriu novos contornos e está sendo implementada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

De acordo com o parágrafo 1º, do artigo 1º, dessa lei, o SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito às diferenças e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Neste sentido, o SINAES (2004) apresenta três grandes pilares:

(1) Avaliação institucional – avaliação interna (autoavaliação), conduzida pelas Comissões Próprias de Avaliação, constituídas pela IES;

(2) Avaliação de cursos - avaliação externa, realizada por Comissões externas, designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira” (INEP), segundo diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES);

(3) Avaliação do desempenho dos estudantes - Exame Nacional dos Estudantes – ENADE.

Esses pilares são atendidos pelos processos de avaliação *in loco* para os itens um e dois, e complementados pela organização e avaliação interna de cada IES. O pilar três é atendido pela realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, o ENADE.

Com relação à avaliação institucional (autoavaliação/interna e externa), o artigo 3º da Lei 10.861/04 explicita que esta tem como objetivo identificar o perfil da instituição por meio das diferentes atividades realizadas, como os cursos, os programas e projetos. A avaliação interna (autoavaliação) deve ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e constituída por ato do dirigente máximo da Instituição de Educação Superior (IES), devendo fazer parte da sua composição representantes dos três segmentos da instituição com autonomia em relação à administração. Já a avaliação externa *in loco* será realizada por comissões externas, designadas pelo INEP e constituídas, por indicação do MEC, de nomes cadastrados e capacitados pelo INEP. A legislação destaca que essa avaliação deve considerar "obrigatoriamente" as dez dimensões.

2.1 Dimensões da Autoavaliação Institucional

Dimensões da Autoavaliação, conforme artigo 3º Lei nº 10.861/ 2004-SINAES:

> I - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
> II - Políticas para o ensino, a pesquisa e a extensão;
> III - Responsabilidade social da instituição;
> IV- A comunicação com a sociedade;
> V – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo;
> VI – Organização e gestão da instituição;
> VII – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
> VIII – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
> IX – Política de atendimento aos estudantes;
> X – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da comunidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004)

Com a avaliação interna, o SINAES busca, antes de tudo, o autoconhecimento institucional, que deverá favorecer a construção de uma cultura da avaliação na instituição e permitir também que as IES "se preparem, de uma

forma mais aprofundada, para as diversas avaliações externas a que são submetidas frequentemente, principalmente através do processo de avaliação de cursos" (POLIDORI; MARINHO-ARAÚJO; BARREYRO, 2006, p. 431). Ou seja, um autoconhecimento visando a fundamentar emissões de juízos de valor e articulação de ações de melhoramento tanto das pessoas envolvidas, quanto da instituição.

Neste sentido, a recomendação é de que os processos de autoavaliação sejam permanentes, isto é, constituídos como uma cultura internalizada nas estruturas e nas ações institucionais. Com esse entendimento, a avaliação deve ter espaço definido dentro da instituição, mas deve ser, principalmente, internalizada nos sujeitos do processo acadêmico e decisório. Deve, ainda, segundo Beloni (2000), constituir-se no instrumento efetivo para iluminar a construção de uma nova concepção de universidade.

2.2 Avaliação interna (autoavaliação) da UFPI

A avaliação da educação superior no contexto da educação brasileira ganhou relevância acadêmica e social, com o advento da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). Particularmente, porque as políticas públicas de educação têm lhe conferido grande visibilidade, criando sistemas avaliativos compreensivos e pungentes e investindo somas consideráveis de recursos.

O SINAES tem como objetivo assegurar o processo de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Seu desenvolvimento dá-se por meio da institucionalização das Comissões Próprias de Avaliação (CPA), constituídas por órgãos internos das instituições superiores, as quais coordenam seus processos avaliativos.

Na UFPI, de acordo com o Relatório de Autoavaliação-2011, o processo de avaliação interna, teve início em 1995, utilizando como referencial para implantação o Documento Básico: Avaliação das Universidades Brasileiras – Uma Proposta Nacional, divulgado pela SESu/MEC, em 26 de novembro de 1993, e parte do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Com o advento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96) ficou estabelecido que toda instituição de ensino superior deve ser avaliada periodicamente podendo ser, inclusive, descredenciada. Assim, como instrumento central das reformas da Educação Superior, o processo de implantação da Avaliação Institucional na UFPI foi retomado, em 2003 (Ato da Reitoria nº 490/03), antes mesmo da vigência da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A referida lei define, em seu Artigo 11, que cada instituição de ensino pública ou privada, deverá constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, sendo vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos.

Assim, em 2003, a UFPI reiniciou o processo avaliativo por acreditar ser este um dos mecanismos fundamentais para a garantia de uma educação com qualidade social, e passou a utilizar os resultados da autoavaliação como instrumento que contribui para a qualidade da gestão institucional. Nesse período, constituiu-se a Comissão Própria de Avaliação – CPA, não somente para atender aos requisitos do Ministério de Educação, que instituiu o SINAES, mas também para atender as suas próprias necessidades de aprimoramento.

Em 2005, a CPA procurou sensibilizar a comunidade acadêmica (dos *campi* " Ministro Petrônio Portella", "Ministro Reis Veloso", "Helvídio Nunes de Barros") e com a participação das comissões setoriais (de cada centro de ensino e *campus*) realizou processo avaliativo, fundamentado no documento oriundo da CONAES intitulado "Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições", datado de agosto de 2004. No primeiro trimestre de 2006, foi postado, no repositório de documentos do sistema SAPIENS, o relatório coadunando as dez dimensões avaliativas oriundas da CONAES. A partir dessa data, a UFPI ficou aguardando o agendamento da visita *in loco* conforme Resolução CONAES nº. 01, de 11/01/2005.

Em setembro de 2006, uma nova Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi nomeada por meio do Ato da Reitoria nº. 1521, de 06 de setembro de 2006, para dar continuidade ao processo de autoavaliação. Essa comissão elaborou uma minuta de Resolução que, após várias discussões, foi submetida à apreciação pelo Conselho Universitário (CONSUN) e aprovada pela Resolução nº. 20/2007, em 03

de agosto de 2007. De acordo com essa Resolução, a CPA tem por finalidade implementar o processo interno de avaliação da Universidade, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pelo CONAES.

Em atenção ao documento editado pela CONAES, em fevereiro de 2006, com o título “Avaliação Externa das Instituições da Educação Superior: diretrizes e instrumento”, a CPA realizou, então, um extenso trabalho no sentido de elaborar um Relatório adequado ao novo documento, o Relatório da CPA 2006-2008.

Em face do término do mandato de seus membros, ocorreu uma lacuna na preparação do Relatório da CPA 2009 e, em 2010, quando a Diretoria de Avaliação Institucional (DIAI) havia sido institucionalizada, foi elaborada por esta Diretoria uma minuta de Resolução, aprovada em 31 de março de 2010 (Resolução CONSUN nº. 05/2010), que alterou a redação do art. 6º da Resolução 20/2007, definindo a natureza multidisciplinar na composição da CPA.

Em abril de 2010, atendendo a esse último dispositivo legal, foi constituída uma nova CPA, por meio do Ato da Reitoria nº. 505/2010, de 07/04/2010 que, elaborou, conjuntamente com a Direção da DIAI e o apoio da PREG, o Relatório de Autoavaliação que foi postado no sistema e-MEC em 30/03/2011.

Em abril de 2012, por meio do Memo-Conjunto DIAI-PREG nº. 013/2012, foi feita a proposição de uma nova Comissão, a qual foi instituída pelo Ato da Reitoria nº. 537/2012, de 29.05.2012. Esta nova CPA elaborou o Projeto de Autoavaliação Institucional da UFPI-2012, aprovado pelo CEPEX por meio da Resolução 173/12, que, neste relatório, apresenta seus resultados.

2.2.1 Autoavaliação de 2012 na UFPI

O objetivo da autoavaliação na UFPI é subsidiar a elaboração de políticas para as diversas atividades (áreas) da Universidade, de modo a aumentar a efetividade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, assim como prestar contas à sociedade das ações e dos resultados alcançados pela Universidade, resultando em um instrumento de gestão acadêmica. Para isso, é preciso auscultar a comunidade universitária, por meio de seus estudantes, professores, servidores técnico-administrativos e gestores, pois, conhecendo-se com mais profundidade, a UFPI terá também melhores condições de realizar sua missão

de gerar conhecimentos e formar profissionais críticos, capazes de transformar a sociedade.

As respostas da comunidade deverão contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e do funcionamento das unidades e dos serviços prestados nos c*ampi.*

A CPA-UFPI desenvolveu significativo esforço na avaliação do conjunto de suas atividades, buscando sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância de um processo efetivamente participativo, que envolva a Instituição como um todo. Isso foi feito por meio da divulgação permanente no *site* principal da UFPI, por *outdoor*, afixado na entrada principal do *Campus* da Universidade, e outro colocado na rotatória principal, por cartazes e e-mail (para docentes, discentes, técnico-administrativos e gestores), sendo a participação da comunidade acadêmica voluntária e anônima, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos um questionário (Anexo A). Aos docentes e gestores foi solicitado que respondessem todos os itens, aos discentes foi solicitado que respondesse do item 1 ao item 9, considerando que no item 10, referente à Sustentabilidade Financeira, avaliado pelos discentes no Relatório de 2011, as respostas a essa questão apontam para “a necessidade de melhor aplicação e maior volume de recursos para atendimento às necessidades atuais da instituição”. Levanto em conta o tempo de aplicação entre o questionário de 2011 e o questionário de 2012, e também que a UFPI esteve em greve em 2011, por um período de cinco meses, acreditamos que as respostas não seriam diferentes das anteriores. Assim, teríamos um questionário com menos itens e mais rápido para responder. Aos técnico-administrativos não foi solicitado que respondessem ao item 2 - Dimensão ensino, pesquisa, extensão, considerando que os mesmos acharam o questionário aplicado em 2011 com muitos itens, demorando, portanto, a ser respondido e por considerarem que essa dimensão trata de questões as quais eles não têm conhecimentos suficientes para responderem por tratar de assuntos pertinentes ao ensino de graduação, com os quais não se envolvem no cotidiano do seu trabalho.

Estes questionários foram respondidos *on line*, acessados por meio de matrículas, conforme ferramenta existente no NTI. Foram também confeccionadas

versões impressas em papel, para os coordenadores dos cursos a distância, do PROCAMPO e do PARFOR.

A consulta à comunidade acadêmica foi realizada no período de 26 de novembro de 2012 e 17 de janeiro de 2013, por meio de questionários eletrônicos (discentes, docentes, técnico-administrativos e gestores) e impressos (gestores EAD e PARFOR), coordenados pela CPA, conforme estabelece a Lei nº. 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A pesquisa envolveu os alunos dos novos cursos de graduação (REUNI e Expansão) e cursos do ciclo avaliativo 2012[1], docentes, técnico-administrativos e gestores (pró-reitores, chefes de departamentos, coordenadores de cursos, chefes de curso, coordenadores dos cursos da EaD, PARFOR, PROCAMPO, diretores dos centros de ensino, diretores das escolas técnicas e diretores dos *campi*).

A comunidade acadêmica contabilizada para participar da autoavaliação em 2012 foi da seguinte ordem:

- 9.561 alunos de graduação (cursos do REUNI, expansão e ciclo avaliativo).
- 1.412 docentes efetivos ligados ao ensino superior
- 82 docentes efetivos ligados às escolas técnicas
- 1.083 servidores técnico-administrativos
- 228 gestores

Foram preenchidos 3.246 questionários de avaliação. A participação de cada um dos segmentos pesquisados pode ser acompanhada no Quadro 4 abaixo.

Quadro 4 - Participação da comunidade acadêmica na autoavaliação - 2012

Seguimentos participantes	Participação	
	Valores absolutos	%
Discentes	2.620	27,4
Docentes	460	30,8
Técnico-administrativos	113	10,43
Gestores	53	23,8

Fonte: Dados da pesquisa empírica, 2012.

[1] Estes cursos estão relacionados no quadro 5 cursos integrantes da autoavaliação UFPI 2012 p.31

Em relação à adesão da comunidade acadêmica a este processo de avaliação interna, é possível observar diferenças entre os três segmentos. A categoria docente, composta atualmente de 1.494 professores, teve a participação de 30,8% do seu quadro, dos 9.561 alunos houve a participação de 27,4% da categoria (superior à participação na avaliação de 2010 e 2011). Em relação aos 1.083 técnico-administrativos houve a tímida participação de 10,43% da categoria (considerando que nos anos anteriores a participação dessa categoria foi um pouco mais expressiva). Quanto aos gestores, a adesão foi de 23,8% de um total de 228.

É possível observar que 26,1% da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnico-administrativos e gestores) responderam ao questionário disponibilizado pela CPA. Alguns fatores podem ser considerados relevantes para justificar a pouca participação da comunidade neste processo avaliativo. Dentre eles: problemas na disponibilização do instrumento na página eletrônica, ficando alguns cursos impedidos de responder o questionário até o início de janeiro de 2013 e campanha de sensibilização acanhada em alguns dos *campi* e centros de ensino.

Os dados apresentados revelam que a comunidade acadêmica *ufpiana* ainda não assimilou que:

> A autoavaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou a instituição analisa o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro (BRASIL, 2004, p. 20).

2.2.2 Metodologia

A CPA adotou em 2006 alguns princípios que continuam a orientar a autoavaliação da UFPI. Um deles é o princípio da adesão voluntária – a avaliação institucional deve ser desejada por toda a instituição, seduzir por sua validade, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não promove cultura avaliativa. Outro princípio é da avaliação total e coletiva – a instituição precisa ser avaliada em todos os seus setores e por todos os que fazem parte da instituição. A unidade de linguagem é outro princípio - reconhece que é preciso entendimento comum dos

conceitos e finalidades do projeto de avaliação institucional. E a competência técnico-metodológica, este princípio orienta que deve-se ter uma base científica que direcione o projeto de autoavaliação e que propicie legitimidade aos dados coletados.

O relatório da CPA é anual desde 2010, assim, em uma avaliação contínua e anual não é possível nem necessário o levantamento de dados (por meio de questionários) de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Neste sentido, a consulta à comunidade acadêmica foi realizada por amostra, incluindo os cursos novos, integrantes da Expansão (sendo sete cursos em Parnaíba, sete em Picos e cinco em Bom Jesus), os cursos do Reuni (sendo sete cursos em Teresina e quatro em Floriano) e ainda os integrantes do ciclo avaliativo 2012, conforme Quadro 5 a seguir.

Quadro 5 - Cursos integrantes da autoavaliação UFPI/2012

CURSOS DA EXPANSÃO	
***Campus* Senador Helvidio Nunes - Picos**	Bacharelado em Administração * Licenciatura em Ciências Biológicas Bacharelado em Enfermagem Licenciatura em História Licenciatura em Matemática Bacharelado em Nutrição Bacharelado em Sistema de Informação
***Campus* Ministro Reis Veloso- Parnaíba**	Bacharelado em Biomedicina Licenciatura em Ciências Biológicas Bacharelado em Engenharia de Pesca Bacharelado em Fisioterapia Licenciatura em Matemática Bacharelado em Turismo * Bacharelado em Psicologia *
***Campus* Cinobelina Elvas - Bom Jesus**	Licenciatura em Ciências Biológicas Bacharelado em Engenharia Agronômica Bacharelado em Engenharia Florestal Bacharelado em Medicina Veterinária Bacharelado em Zootecnia
CURSO DO REUNI	
***Campus* Amílcar Ferreira Sobral- Floriano**	Licenciatura em Ciências Biológicas Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Administração * Bacharelado em Enfermagem
***Campus* Ministro Petrônio Portela – Teresina**	Bacharelado em Engenharia de Produção Bacharelado em Engenharia Elétrica Bacharelado em Engenharia Mecânica Bacharelado em Moda, Design e Estilismo * Licenciatura em Música Licenciatura em Artes Visuais Licenciatura em Ciências da Natureza Bacharelado em Estatística Bacharelado em Arqueologia

CICLO AVALIATIVO 2012	
***Campus* Ministro Petrônio Portela – Teresina**	Bacharelado em Administração Bacharelado em Ciências Contábeis Bacharelado em Ciências Econômicas Bacharelado em Direito Bacharelado em Comunicação Social Bacharelado em Moda, Design e Estilismo
***Campus* Ministro Reis Veloso- Parnaíba**	Bacharelado em Administração Bacharelado em Ciências Contábeis Bacharelado em Ciências Econômicas

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.
* Curso novo e do ciclo avaliativo- 2012

Consultamos, também, as bases de dados institucionais tais como: Anuário Estatístico da UFPI, Censo da Educação Superior (INEP/MEC) e a UFPI em números. Além destes, outros documentos foram analisados: relatórios de gestão, avaliações realizadas periodicamente pelos programas de pós-graduação, de extensão e dos cursos de graduação, pois entendemos que o autoconhecimento institucional, além da consulta à comunidade acadêmica, exige também o aproveitamento crítico de dados já existentes, extraindo deles todos os significados possíveis. Os dados obtidos por meio da consulta à comunidade acadêmica foram tabulados e representados por meio de gráficos.

Etapas do processo de autoavaliação e sua operacionalização

O processo avaliativo, na UFPI, se desdobrou à medida que a comunidade viveu as atividades desencadeadas. Foram previstas três etapas, que, apesar de distintas, integraram-se:

a) c*onstrução do Projeto de Autoavaliação Institucional*- este foi construído em diálogo com os membros da CPA e das Comissões Setoriais, por meio da análise crítica, que culminou com sua aprovação no CEPEX-UFPI.

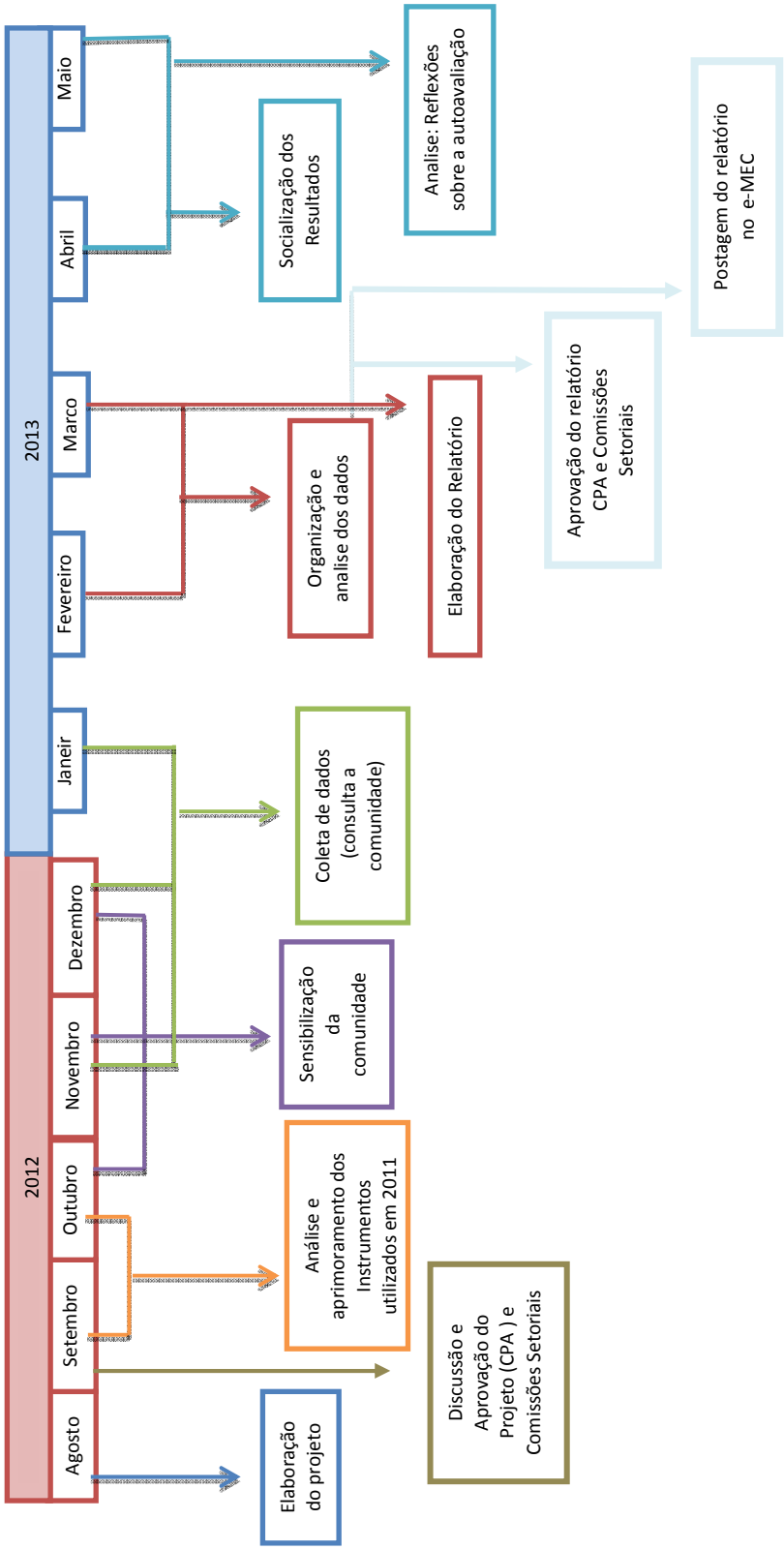
b) *execução do projeto*- esta etapa caracterizou-se por uma diversidade de ações, relativas à análise dos questionários utilizados no processo avaliativo de 2011 (para discentes, docentes, técnico-administrativos e gestores) e seu aprimoramento para o processo de 2012, as formas de coleta de dados (questionário on-line e impresso somente para coordenadores dos cursos da EaD, Procampo e Parfor, levantamento e análise dos relatórios das Pró-Reitorias e das unidades de ensino), mobilização da comunidade interna da UFPI para participação no processo

de autoavaliação institucional, por meio da divulgação do processo de autoavaliação no *site* da UFPI; da confecção e distribuição de cartazes com informações sobre o processo de autoavaliação da UFPI; de *outdoor*, *e-mail* e *banner* fixo no site da UFPI que permitia ao interessado, acessar, diretamente, o questionário.

c) *sistematização e análise dos dados*- esta etapa se caracterizou por um conjunto de ações que se concretizaram em situações de participação, do processamento, das análises e interpretação das informações levantadas, de forma a favorecer a efetivação da avaliação, por meio da crítica dos dados pelos membros envolvidos: membros da CPA e comissões setoriais – várias interpretações apontando pontos fortes e fragilidades. Interpretação dos principais acertos e dos problemas e desafios que a UFPI deve enfrentar em médio prazo. Tudo isso culminou com a elaboração do presente relatório de avaliação interna, considerando as dez dimensões previstas no SINAES[2], que serão apresentados na parte 3 deste relatório.

[2] Dimensões: 1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional; 2. A política para o ensino, a pesquisa, a Pós-Graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização; 3. A responsabilidade social da instituição; 4. A comunicação com a sociedade; 5. As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo; 6. Organização e gestão da instituição; 7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; 8. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; 9. Políticas de atendimento aos estudantes; 10. Sustentabilidade financeira.

Figura 2- Etapas da autoavaliação institucional 2012



PARTE III

ANÁLISE DAS DIMENSÕES

3 ANÁLISE DAS DIMENSÕES

Apresentamos, a seguir, os aspectos analisados pela CPA a partir do processo autoavaliativo realizado em 2012, abordando as dez dimensões do SINAES.

3.1 Dimensão 1 – A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

> Missão: "propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional"(UFPI/PDI – 2010-2014, p. 28).

A dimensão 1 trata da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI, aprovado pela Resolução Conjunta nº 002/2010, do Conselho Diretor/Conselho Universitário em 26 de maio de 2010, refere-se aos anos de 2010 a 2014 e apresenta a missão da UFPI de acordo com o Estatuto da Universidade, aprovado pelo do Decreto nº 72. 140 em 26 de abril de 1973.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um instrumental de gestão imprescindível para que ações integradas de planejamento sejam incorporadas ao orçamento e deve ser construído com a participação da comunidade acadêmica. A Universidade Federal do Piauí entende o PDI como a base do planejamento integrado de suas diferentes unidades acadêmicas e dos setores que lhes dão sustentação administrativa e/ou complementar, de forma que o cumprimento de suas funções fundamentais seja plenamente efetivado.

A Universidade Federal do Piauí, criada em 12 de março de 1971, hoje, com 42 anos de serviços prestados à sociedade, estabeleceu cinco princípios norteadores de sua atuação para o quinquênio 2010-2014, que têm embasado a gestão, destacando-se um ou outro nas ações:

> I- compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;
> II- verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;
> III- difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;
> IV- inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre este, as pessoas que

> residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
> V- natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União (UFPI/ PDI-2010-2014, p. 22).

Estes princípios constituem o corpo de finalidades que, consideradas nos planejamentos de gestão, sustentam a definição de objetivos de ação e se transformam em metas ao receberem o tratamento dos cronogramas de execução e de dotação orçamentária.

De natureza eminentemente pública, exerce o seu papel social, político e cultural, expressando seu compromisso de produzir e de socializar conhecimento. Reafirma a preocupação com uma formação e educação orientadas por uma visão "em longo prazo" e não somente a qualificação técnico-profissional ou adaptação às necessidades imediatas do mercado de trabalho. Concebe o processo de formação e educação numa perspectiva de desenvolvimento pessoal e de preparação dos indivíduos para contribuírem com o desenvolvimento social e econômico, através da educação para a cidadania e a formação "ao longo de toda a vida", a partir da revisão de suas funções ideológicas e práticas com vistas à criação de um "homem novo" capaz de prover o seu sustento e de gerar os seus próprios recursos (UFPI/PDI-2010-2014).

O crescente desenvolvimento tecnológico e econômico do nosso Estado impôs à UFPI a busca por excelência na produção de novos conhecimentos e na formação de recursos humanos de alto nível para vencer estes desafios. Tendo em vista sua missão, buscou, desde a origem, servir à sociedade piauiense, em consonância com a evolução socioeconômica do Estado.

Atenta aos programas implementados pelo governo federal para a educação superior no país e à realidade regional, a UFPI compromete-se com a execução das ações delineadas nestes documentos, a exemplo do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, de que se beneficiou para ampliar não só o número de vagas, como também a estruturação física de todos os *campi.*

Integram a estrutura da UFPI, além do *Campus* sede, quatro outros c*ampi* universitários instalados em áreas estratégicas do Estado, em termos populacionais, econômicos e produtivos. Na região norte do estado encontra-se o *Campus "Ministro*

Reis Veloso", localizado no município de Parnaíba; na área sul, na cidade de Bom Jesus localiza-se o *Campus "Cinobelina Elvas";* no médio-norte, com sede na cidade de Floriano está o *Campus "Amílcar Ferreira Sobral" e* por fim, na região centro sul do Piauí localiza-se o *Campus "Senador Helvídio Nunes",* na cidade de Picos.

Destacam-se, ainda, 31 polos de apoio presencial onde são ministrados cursos na modalidade EaD, distribuídos em todas as microrregiões, permitindo assim a presença da UFPI em todo o Estado, ampliando sua capacidade de atendimento e, consequentemente, seu papel social. O funcionamento desses polos vem oportunizando a formação superior em áreas específicas para atender algumas das principais demandas regionais, especialmente a formação de professores nos mais distantes municípios do Piauí. Ainda destacam-se, na estrutura da UFPI, o Hospital Universitário e o Hospital Veterinário no *Campus* "Ministro Petrônio Portela".

A UFPI possui 21.285 alunos matriculados no ensino presencial, nos cursos de graduação, 7.423 no ensino a distância e 1.297 na Pós-Graduação. Nestes números não estão computados os cursos de convênios/contratos financiados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), convênios com Prefeituras e com a Secretaria de Educação do Estado, para a formação de professores do Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipal de Ensino. Estes últimos, somam 13 cursos com 1.219 alunos matriculados.

Em 2012, a UFPI implementou ações focadas na busca pelo desenvolvimento institucional e de alta relevância social. Dentre estas medidas institucionais, merece destaque a aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão das ações afirmativas que garantiram a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas.

Nos últimos anos, a Universidade Federal do Piauí ampliou consideravelmente sua estrutura física, disponibilizando novas salas de aula, auditórios, laboratórios, salas para professores pesquisadores, espaços administrativos e outros necessários ao adequado funcionamento da Instituição. A expansão dessa estrutura, fundamental para a consolidação institucional, é o resultado da melhoria do nível de suas atividades de ensino e pesquisa, da implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação e, consequentemente,

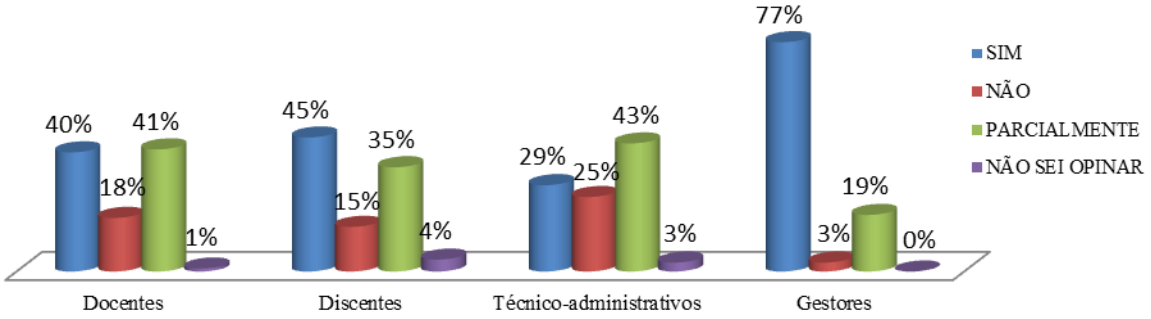
da ampliação do número de vagas ofertadas para os diferentes cursos disponibilizados.

Quanto aos objetivos institucionais apontados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para o período 2010-2014, estes já foram, em grande parte, concretizados, não somente aqueles relativos à expansão da estrutura física, mas também os relativos à implantação de novos cursos e capacitação dos docentes e dos técnico-administrativos. Destacamos, ainda, o avanço e a consolidação da política de extensão, conforme podemos ver na análise da dimensão 2, na consolidação da política de pesquisa e pós-graduação, mormente com o crescimento e aprovação pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal da Educação Superior (CAPES) de novos programas de Mestrado e Doutorado (ver dimensão 2).

Merece destaque, também, a melhoria da qualidade de cursos de graduação, confirmada por meio de alguns indicadores como os conceitos obtidos em avaliações externas – dos 6 (seis) cursos avaliados em 2012, para fins de reconhecimento, 2 (dois) ficaram com conceito“4”, os demais cursos obtiveram conceito 3, o que demonstra um referencial de qualidade. E, principalmente, a ascensão da UFPI, avaliada no índice geral de cursos com IGC 4 pela primeira vez em sua história, quando a nota máxima é IGC 5. Todos esses aspectos enfatizam o compromisso educacional para com o cumprimento de sua missão, assim como o atesta o recredenciamento da UFPI pelo MEC até 2022, publicado no DOU Nº 97, de 21 de maio de 2012 (Secção 1, página 13) na Portaria MEC Nº 645, por um período de **DEZ ANOS.**

As respostas da comunidade acadêmica acerca do “conhecimento do PDI e sobre a missão da UFPI” ainda são poucas. Isso demonstra que este documento continua sendo pouco conhecido pelos docentes, discentes, técnico-administrativos e gestores, conforme o Gráfico 1. Embora o PDI e a missão da Instituição estejam disponíveis no portal UFPI, a maioria dos docentes, discentes e técnico-administrativos conhece parcialmente ou não os conhece. Logo, é recomendável melhorar a divulgação desses elementos, para obtermos maior participação e empenho do corpo técnico no exercício de suas funções.

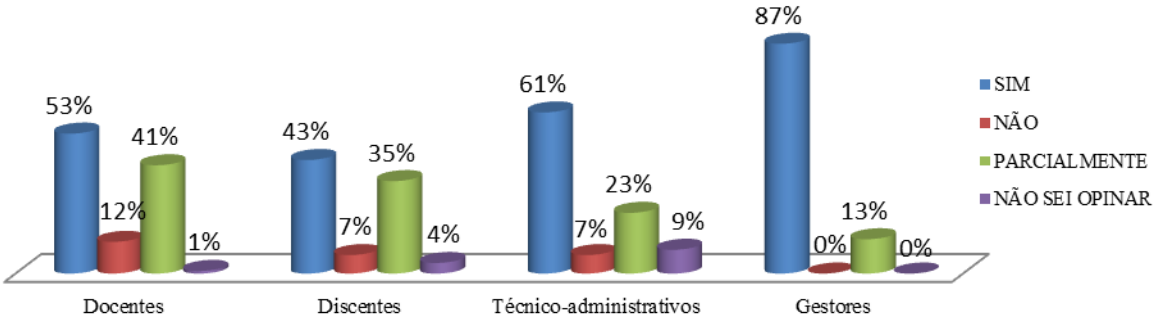
Gráfico: 1 Conhecimento sobre a missão e PDI da UFPI.



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Outro resultado relevante foi sobre o compromisso da UFPI com a missão e seus objetivos, conforme demonstramos no Gráfico 2.

Gráfico: 2 Compromisso da UFPI com a missão e seus objetivos



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Observando o Gráfico 2, o qual trata do compromisso da UFPI com a missão e seus objetivos, 87% dos gestores e 61% dos técnico-administrativos responderam “sim”. Em relação aos docentes e discentes observamos um percentual menor. Comparando as respostas com os dados do Relatório de 2011, percebemos que a comunidade acadêmica mostrou-se mais apta a responder a questão, tendo em vista o baixo percentual de resposta “não sei opinar”. No entanto, a CPA continua reafirmando a necessidade de aprofundar o processo de estudos e divulgação sobre os documentos oficiais, a missão e os objetivos institucionais.

3.2 Dimensão 2 – As Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão.

Esta dimensão trata da política para o ensino, pesquisa, extensão e das respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades. Em especial, esta dimensão avalia o currículo, a organização e as práticas pedagógicas, o apoio ao estudante, às inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias, a extensão e a pesquisa.

A UFPI desenvolve suas políticas de ensino de graduação, pesquisa e extensão, no sentido da democratização e da garantia da qualidade em consonância com as políticas nacionais para o ensino superior e com seu PDI, apresentado anteriormente. Expomos a seguir a operacionalização das diretrizes do PDI nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão e os resultados da consulta à comunidade acadêmica acerca do desenvolvimento dessas ações.

A política de ensino da UFPI pauta–se em um conjunto de objetivos e metas que, além de dirigirem-se à criação das condições necessárias para o atendimento de demandas sociais e do mercado profissional, busca a expansão da oferta de vagas na graduação e a qualidade dos serviços oferecidos. Assim, articulada com a política do governo federal, amplia as condições de acesso à educação superior, a partir da criação de novos cursos de graduação nos *campi* de Parnaíba, Picos e da implantação de um *campus* na cidade de Bom Jesus (extremo sul do Estado) com 4 cursos. Em 2007, aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e implantou um novo *campus,* com 4 cursos de graduação e criou 7 novos cursos no *campus* de Teresina. Em 2011 foi aprovada a criação do curso de Ciências dos Materiais, com oferta de 50 vagas para 2013, no *campus* de Teresina. Dessa forma, a UFPI vem cumprindo a meta de ampliação do ensino superior.

Ao aderir aos programas do governo federal, a UFPI fundamenta suas ações na política de inclusão, com oferta de cursos noturnos, permitindo o acesso de trabalhadores à Universidade. A Educação a Distância (EaD), surge como via complementar para o enfrentamento do desafio de minimizar as barreiras sociais, de espaço e de tempo ao acesso à educação superior, pois permite o estabelecimento de uma dinâmica continuada e aberta, de tal maneira que qualquer pessoa possa se

tornar sujeito ativo de sua aprendizagem, independente da condição social, do tempo e do espaço.

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014, a modalidade de educação a distância integra uma das principais ações da política de ensino de graduação, mais especificamente, na questão da democratização do acesso, propondo empreender "[...] todos os esforços necessários para ampliação de vagas, com o intuito de ampliar a oferta de licenciaturas, principalmente, para formar professores da rede básica de educação"(UFPI/PDI, 2010).

Com o objetivo de cumprir a meta de elevar os índices de qualidade dos cursos de graduação, a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação desenvolve um programa de formação à docência superior. Esse programa tem a finalidade de manter, permanentemente, a atualização didático-pedagógica do seu corpo docente, pois o processo contínuo de atualização do professor deve acompanhar a dinâmica de evolução do conhecimento científico e é uma exigência contemporânea para que o docente possa desempenhar consciente e criticamente sua atividade profissional. É constituído de dois eixos fundamentalmente necessários à formação inicial e continuada dos professores efetivos da UFPI: Seminário de Docência Superior e Cursos de Educação Continuada, dos quais apenas o Seminário de Docência foi realizado em 2012, beneficiando um total de 232 (duzentos e trinta e dois) novos docentes efetivos (UFPI/PREG, 2012).

De acordo com o relatório da PREG de 2012, buscamos dar continuidade às ações tendo em vista o acompanhamento e a organização das atividades dos programas desenvolvidos para o discente, tais como o Programa de Monitoria e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Assim também, aperfeiçoar os procedimentos de revisão contínua de normas internas relativas a diversos assuntos referentes ao ensino de graduação, que resultou na aprovação da Resolução nº. 177/2012[3] - CEPEX/UFPI. Buscamos, ainda, a revisão e atualização de vários PPCs com a colaboração do NDEs, no sentido de atenderem satisfatoriamente às diretrizes curriculares do MEC, contemplando os campos de saberes propostos, atividades de Estágio Supervisionado e complementares e as

[3] Normas para o Ensino de graduação

metas para o ensino de graduação e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, constantes no PDI. No entanto, de acordo com os dados da pesquisa *on-line,* há um percentual de 39% dos discentes parcialmente satisfeito ou insatisfeito com o seu curso.

Assim, faz-se necessário aprofundar a investigação acerca dessa questão, bem como acompanhar os egressos dos cursos de graduação, conforme previsto no PDI. Vale lembrar que essa ferramenta é fundamental para a autoavaliação dos cursos de graduação e aprimoramento dos respectivos projetos pedagógicos.

Em relação ao controle acadêmico, este passou a integrar o sistema SIGAA, com implantação de novos módulos dentre as funcionalidades, destacamos a informatização do processo de matrícula. Foram também oferecidos cursos a chefes de departamento, coordenadores de cursos e servidores atuantes junto às chefias e coordenações, para instrumentalização no uso do Sistema, bem como, sobre os processos administrativos na graduação.

Com relação à política de extensão da UFPI, esta é executada pela Pró-Reitoria de Extensão - PREX, uma das Pró-reitorias-fins, responsável pela execução de programas e projetos, cursos (pré-vestibulares, línguas etc.), seminários, estágios não obrigatórios e eventos de extensão da Universidade com livre acesso à comunidade. Essa Pró-Reitoria mantém articulação com o ensino e a pesquisa de forma indissociável por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações e outros produtos acadêmicos. Em 2012, foram executados diversos programas e projetos dentre os quais destacamos: O Programa de Bolsa de Extensão – PROBEX, que conta com o apoio financeiro-institucional de 210 (duzentas e dez) bolsas-mês; o Programa de Educação Tutorial (PET Conexões); o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, financiado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – MEC/SESU/DIFES.

A política para a pós-graduação da UFPI, para o período 2010-2014, de acordo com o PDI (UFPI, PDI –2010/ 2014, p. 103), objetiva “[.. .] ampliar qualiquantitativamente as atividades de pós-graduação, em observância aos preceitos do Plano Nacional de Pós-Graduação em vigor", sendo sua meta “[.. .] elevar, em pelo menos 25% , o total de ingressos na pós-graduação, e melhorar o conceito dos programas”.

Assim, articulada à graduação, a pós-graduação vem incrementando o número de bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Em 2012, o CNPq concedeu 198 bolsas de IC, e a UFPI 209 bolsas, o que equivale a um total de 407 bolsas de IC para o Edital Pibic 2012/2013, cujo aumento foi de 4% em relação a 2011, porém com incremento de 51% quando comparado ao Edital Pibic 2008/2009. E continua com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) nas Ações Afirmativas do CNPq (UFPI/2012).

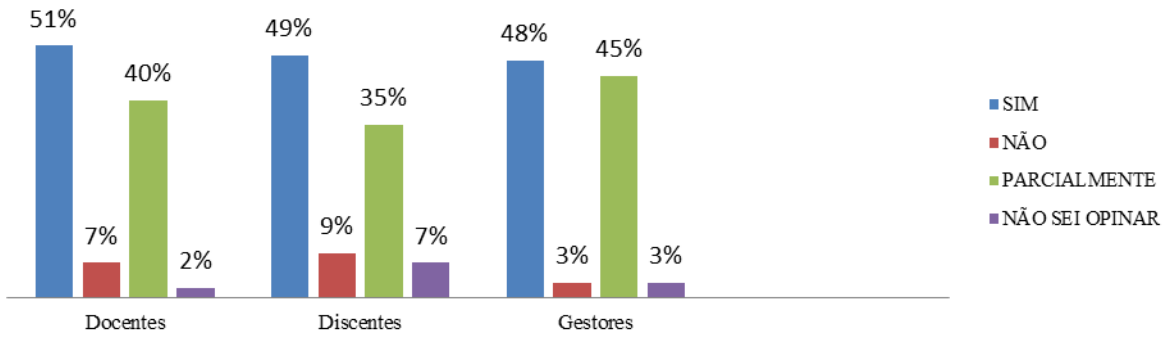
De acordo com relatório da PRPPG/2012, com o crescimento dos Programas de Pós-Graduação da UFPI a CAPES ampliou, no período de 2008 a 2012, o número de bolsas concedidas que, somadas às do CNPq, FAPEPI, DAAD, EMBRAPA, RENORBIO/CAPES/FAPEPI, Pró-CULTURA MEC e REUNI, alcançou em 2012 um total de 447 bolsas. Deste total, 390 são bolsas de mestrado e 57 de doutorado. O crescimento significativo do número foi devido, principalmente, à implantação do Programa de Bolsas no âmbito do Reuni, em 2009. A maioria das bolsas foi concedida pela CAPES. Outro dado importante foi o incremento de 57% no número de Grupos de Pesquisa Certificados, no período de 2008/2012.

Vale destacar, também, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (Pibic-EM) do CNPq, cujo objetivo é incentivar talentos potenciais entre os estudantes dos cursos técnicos de Agropecuária, Enfermagem e Informática, gerando uma cultura científica e transformadora do ambiente local e regional. Esse programa vem concedendo também uma cota de 120 bolsas, distribuídas entre os três colégios de ensino tecnológico, de nível médio, ligados a essa IFES e localizados, respectivamente, em Teresina, Bom Jesus e Floriano. Essas ações consolidam a interação entre os níveis de ensino.

Em 2012 a CPA consultou a comunidade acadêmica acerca da: articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão praticadas com as expressas nos documentos oficiais; articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação, realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais (congressos, seminários, encontros), atividades de extensão, esportivas, artístico-culturais (corais, bandas, grupos de teatro); operacionalização de ações relacionadas à pesquisa e pós-graduação, envolvendo encontros de pesquisadores, palestras sobre inovação tecnológica, uso de portal de periódicos e similares.

As respostas estão demonstradas nos Gráficos enumerados de 3 a 12. No que diz respeito à articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, o percentual médio de manifestação das três categorias de respondentes indica que essa articulação é em média menor que 50%, o que demonstra a necessidade de estudos e divulgação dos documentos oficiais e atividade efetivas da Universidade para esclarecimento ao público interno acerca de suas ações, conforme explicita o texto do Relatório de Autoavaliação da UFPI 2011.

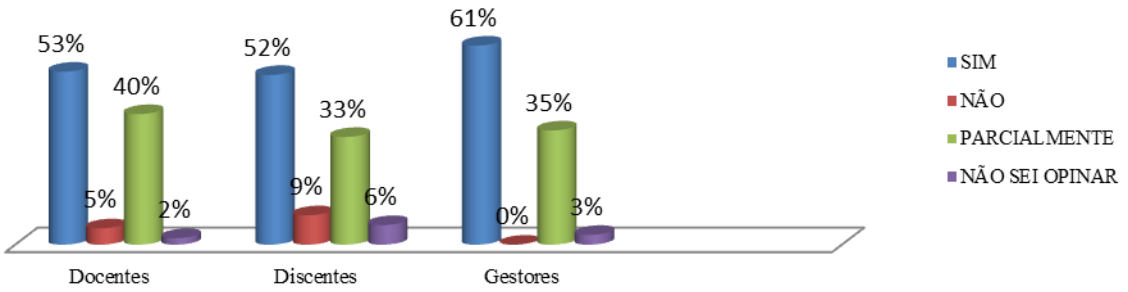
Gráfico: 3 Articulação entre ensino- pesquisa- extensão



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Indagados acerca da articulação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos dos cursos de graduação (Gráfico 4), as respostas “sim” dos professores, discentes e gestores ficaram em patamares um pouco superiores a 50%. Consideramos que essas questões precisam de mais estudos pela PREG de forma a realizar a efetiva articulação entre teoria e prática na operacionalização do currículo desses cursos de graduação da UFPI, pois uma formação sólida tem como um dos eixos básicos a relação dialética entre teoria e prática.

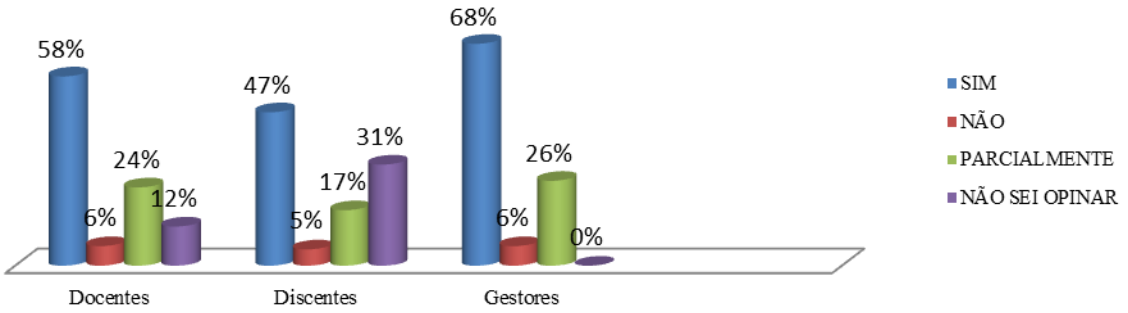
Gráfico: 4 Articulação entre teoria e prática na operacionalização do currículo dos cursos de graduação



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

No que diz respeito ao acompanhamento e qualidade das orientações de estágio e ou trabalho de conclusão de curso (Gráfico 5), somente os gestores consideram um percentual acima de 60%, e os discentes e docentes ficaram com um percentual um pouco acima de 50%.

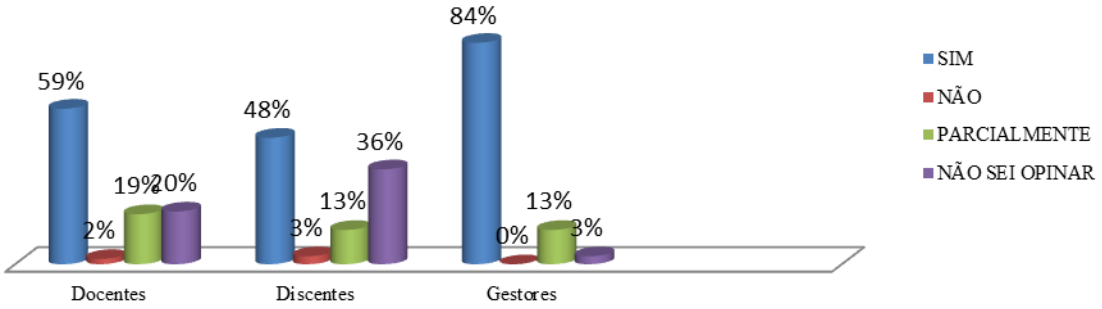
Gráfico: 5 Acompanhamento de qualidade nas orientações de estágio e/ou trabalhos de final de curso



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

A respeito da correlação das unidades curriculares do curso com o estágio (Gráfico 6), as respostas dos gestores foram de 84%, para a opção “sim” , enquanto as dos discentes, abaixo de 50% e as dos docentes foi de 59%. Assim, a CPA considera que esse aspecto precisa ser melhor trabalhado pela PREG.

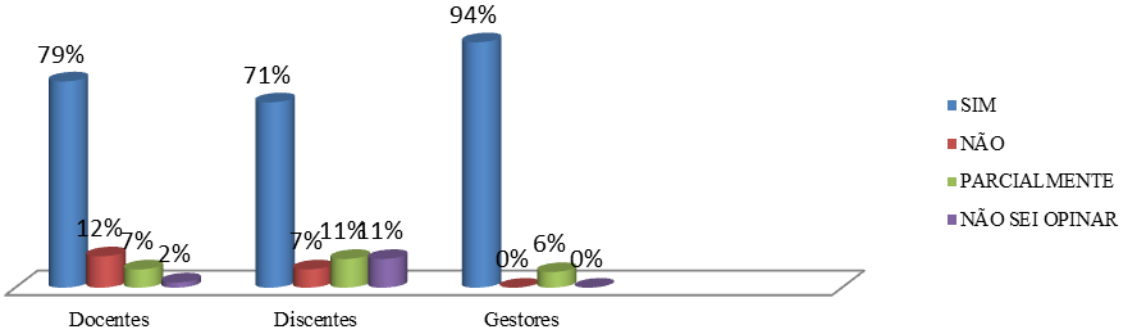
Gráfico: 6 Correlação das unidades curriculares do curso com o estágio



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Pela análise das informações contidas no Gráfico 7, as respostas “sim” das três categorias acima de 70% demonstram que consideram o TCC uma atividade relevante para a formação do profissional.

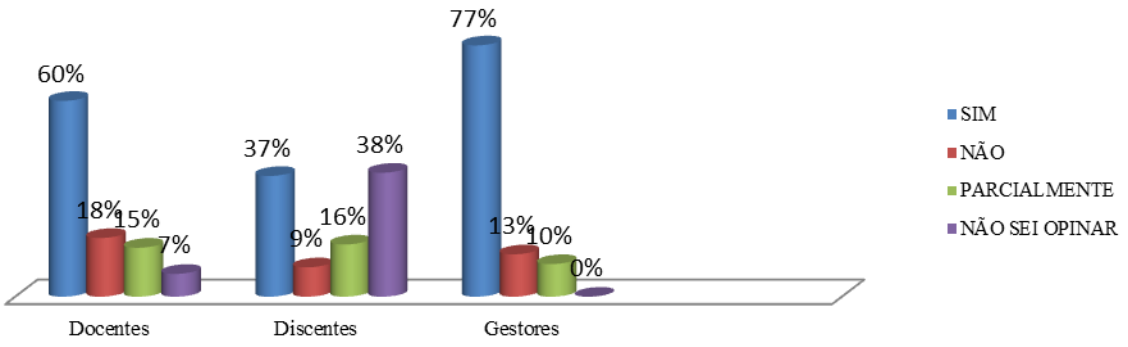
Gráfico: 7 Relevância do TCC/monografia para a formação profissional (inserir gráfico abaixo)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Quanto à carga horária para a orientação do TCC/ monografia, o Gráfico 8 demonstra que 77% dos gestores e 60% dos docentes consideram-na satisfatória, enquanto que 54% dos discentes não a consideram satisfatória ou não souberam opinar. Em relação a esse dado podemos inferir que o percentual se justifica pelo fato de nem todos os cursos preverem TCC em suas matrizes curriculares.

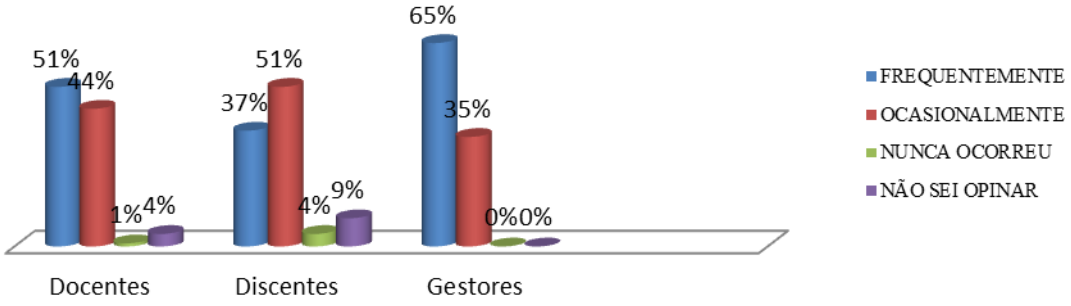
Gráfico: 8 A carga horária para orientação do TCC/monografia é satisfatória



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Acerca do nível de satisfação com a realização das atividades científicas e científico-culturais (Gráfico 9), somando-se os respondentes da categoria "frequentemente" estes ficam em média com 51%; as respostas "ocasionalmente" foram de 43,3% e "não souberam opinar" correspondem a 4,33%. A CPA compreende que estes aspectos precisam ser apreciados pelos gestores ligados às atividades científico-culturais.

Gráfico: 9 realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais

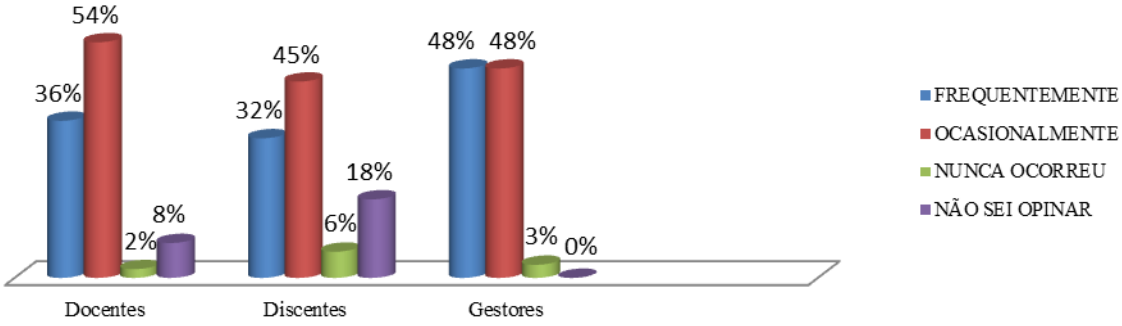


Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Os dados sintetizados no Gráfico 10 registram índices significativos de insatisfação em relação às práticas mencionadas. Somando as respostas das três categorias sobre as atividades de extensão, verificamos que um percentual médio de 38,7% das categorias afirmam que estas atividades ocorreram "frequentemente"; 49% afirmam que ocorreram "ocasionalmente" e 12,4% responderam "não" e "não

sei opinar". Considerando a importância das atividades de extensão na formação dos cidadãos, isso deve ser objeto de análise pelos gestores da PREX.

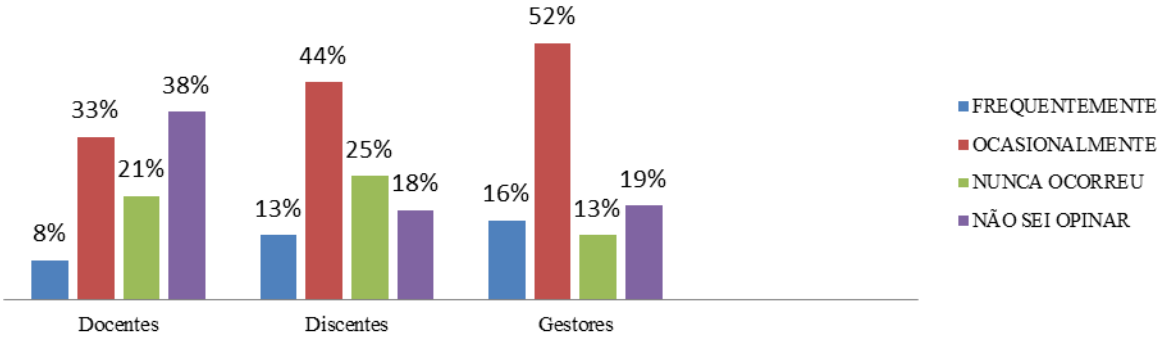
Gráfico: 10 Atividades de extensão



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

De modo semelhante ao verificado com as atividades de extensão, as atividades esportivas, na perspectiva das três categorias ocorreram frequentemente, correspondendo à média de 12,3% para o menor índice das respostas, conforme pode ser constatado no Gráfico 11.

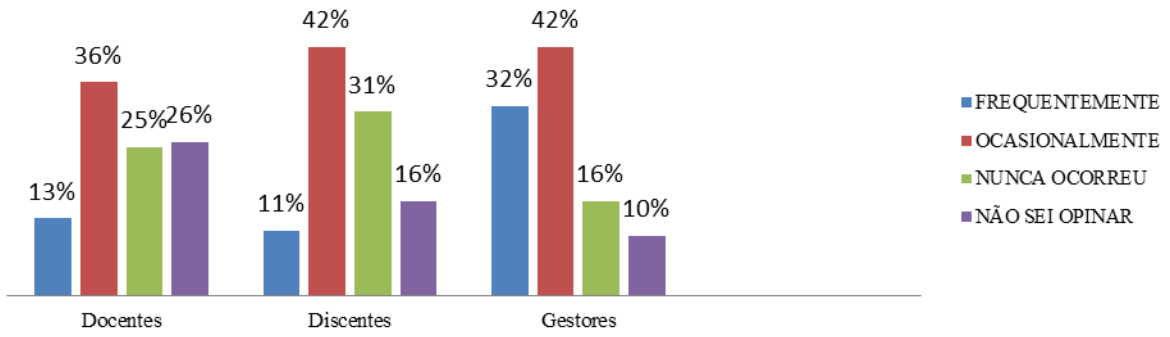
Gráfico:11 Atividades esportivas



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

No que diz respeito às atividades artísticas, 36% dos docentes afirmaram que estas ocorreram "ocasionalmente"; 42% dos discentes e 42% dos gestores também afirmaram que estas atividades ocorreram "ocasionalmente". Vale destacar que 25% dos docentes e 31% dos discentes afirmaram que estas atividades nunca ocorreram. Assim, elas devem ser melhor divulgadas na Instituição.

Gráfico: 12 Atividades artísticas



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Por fim, percebemos, por meio das análises referentes à dimensão 2, o crescimento do ensino (expansão da oferta de vagas no ensino superior), pesquisa (número de bolsas, grupos de pesquisa etc.) e extensão (número de bolsas e projetos). Entretanto, a comunidade acadêmica considera a necessidade de melhor adequação entre teoria e prática na operacionalização dos currículos, a viabilização de ações no sentido de melhor divulgação das iniciativas referentes às atividades de iniciação científica e científico-culturais, atividades de extensão, atividades esportivas e atividades artísticas.

3.3 Dimensão 3 – Responsabilidade Social

A Dimensão 3 aborda a Responsabilidade Social e, de acordo com a proposta do SINAES, busca identificar a contribuição da Instituição em relação à inclusão social, sobretudo as ações realizadas no sentido de incluir e prestar assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou subrepresentados no interior de cada segmento da comunidade universitária.

Neste sentido, a UFPI tem se empenhado cada vez mais em cumprir a sua missão de contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado, formando para tanto cidadãos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico da região, com o meio ambiente e a cultura, de uma forma geral. Assim, a responsabilidade social na UFPI está inserida em suas funções de ensino, pesquisa e extensão.

Nas atividades de ensino, a Universidade está comprometida com a formação de profissionais com perfis que atendam às principais demandas da

sociedade, mas também com a preparação de cidadãos que possam se envolver na minimização dos principais problemas sociais. Neste contexto, a Instituição vem oferecendo ensino a distância (EaD), especialmente cursos de licenciatura, a uma grande parcela da população que não tem acesso aos cursos presenciais. São oferecidos cursos em dez municípios, nas modalidades licenciatura e bacharelado, além de pós-graduação, em nível de especialização. Tais cursos fazem parte das políticas voltadas para EaD, as quais são efetivadas por meio do Centro de Educação Aberta a Distância (CEAD).

Ainda com o objetivo de promover a inclusão de jovens e adultos que residem em localidades onde não há ensino superior presencial, a UFPI vem desenvolvendo o Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), o qual foi implementado, inicialmente, nos municípios de Oeiras e Jaicós, e atende a 45 (quarenta e cinco) alunos em cada um destes municípios. Vale acrescentar que, em 2012, a UFPI concorreu a mais uma chamada pública de editais do MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) e implementará 4 (quatro) novas turmas de licenciaturas em Educação do Campo.

É importante mencionar que a adesão da UFPI ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) permitiu um considerável aumento do número de vagas para a educação superior e que, além desta, também foram efetivadas ações afirmativas integradas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em acordo com a política de inclusão social adotada pelo MEC a partir de 2008, com o intuito de proporcionar ao aluno condições para que possa desenvolver-se em suas atividades acadêmicas. Para tanto, faz-se necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico, entre outras condições.

No que se refere às atividades de pesquisa, os projetos priorizam a busca de soluções para os problemas sociais. Alguns destes projetos envolvem a responsabilidade ambiental, pois a UFPI tem trabalhado com o objetivo de contribuir com a defesa do meio ambiente e da cultura local e regional. Segundo o Relatório da CPA – 2011, a Instituição participa do Programa de Desenvolvimento e Meio

Ambiente (PRODEMA) e, em parceria com outras instituições, mantém o Núcleo de Pesquisas do Trópico Ecotonal do Nordeste – TROPEN, o qual sedia o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, onde são ministrados cursos em nível de mestrado e doutorado e realizadas atividades nas áreas de desenvolvimento e preservação ambiental. Mantém parcerias também com outras Instituições envolvidas com a defesa do meio ambiente (Fundação Zoobotânico, IBAMA etc.), onde são realizadas pesquisas de preservação da fauna e da flora, além de servir como campo de estágio supervisionado para graduandos de áreas afins (Medicina Veterinária, Zootecnia, Agronomia, Engenharia de Pesca e Engenharia Florestal).

Em conformidade com o PDI, a Universidade também desenvolve projetos que visam à preservação da memória cultural, por meio de ações desempenhadas pelos seguintes cursos: Graduação em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre, implantado em 2009, destacando a importância do estudo e da preservação dos sítios arqueológicos do Estado, que é considerado o berço da civilização pré-colombiana; Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (Mestrado), implantado em 2008, promovendo pesquisas nas linhas de "memória" e "territorialidade", "marcadores identitários na contemporaneidade" e "cultura material e conservação de sítios arqueológicos"; Pós-Graduação em Educação, em nível de mestrado e doutorado; Pós-Graduação em Letras (Mestrado) e Pós-Graduação em História do Brasil (Mestrado). O Coral da Universidade e vários grupos de dança e arte, orientados pela Coordenadoria de Assuntos Culturais e Comunitários também são atividades desenvolvidas com a finalidade de preservar o patrimônio cultural.

Nas atividades de extensão, os projetos desenvolvidos por professores e alunos são, talvez, onde a preocupação da Universidade com seu meio externo seja mais visível. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Extensão (PREX) é responsável pelo desenvolvimento de relevantes ações sociais e inclusivas. Dentre elas está o projeto social destinado ao ingresso em Instituições de Ensino Superior (IES), denominado Pré-vestibular, que disponibiliza 195 (cento e noventa e cinco) vagas a alunos que tenham cursado o Ensino Médio em escola pública, que não tenham ingressado em nenhum curso superior e não possuam condições econômicas para ingressar em um curso preparatório. As ações desenvolvidas pela PREX também envolvem: difusão

de tecnologias sociais, direitos humanos, educação ambiental, desenvolvimento sustentável, geração de trabalho e renda, qualidade de vida, atenção à terceira idade e às pessoas com necessidades especiais, formação continuada, juventude e outras ações importantes para o cumprimento da responsabilidade social.

Sendo a responsabilidade social entendida na UFPI como uma concepção fundada em pressupostos éticos que orientam as práticas decisórias da Universidade, essa concepção vem se concretizando em ações orientadas para o bem-estar da coletividade, de seu público interno e externo; para o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos destinados à proteção e melhoria da qualidade de vida da sociedade, levando-se em consideração os interesses da comunidade local, o estímulo a práticas de desenvolvimento humano e social, a proteção e preservação do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, dentre outros.

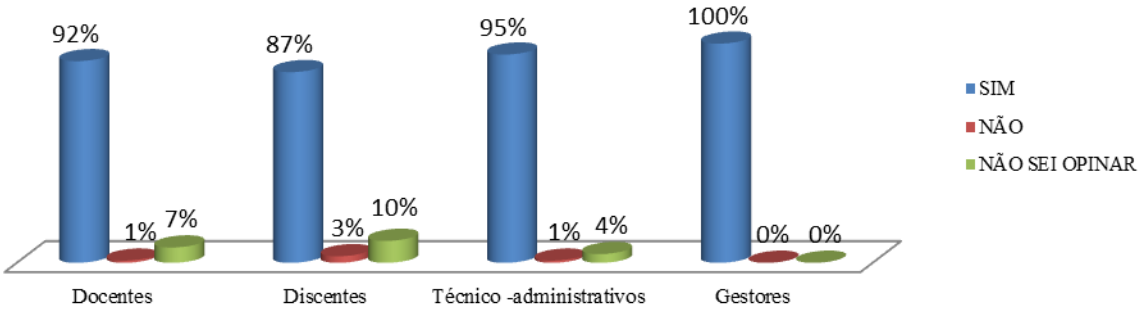
Nessa perspectiva, todo o esforço de expansão na criação dos cursos fora da sede e do Reuni representa o compromisso da Instituição com o aumento da oferta de vagas públicas para o ensino de qualidade. Com as Resoluções que contemplam as políticas de ações afirmativas, aprovadas no Conselho Universitário, a UFPI assume o compromisso com a ampliação do acesso e permanência das camadas populares da sociedade no ensino superior.

A CPA da UFPI investigou a comunidade acadêmica acerca do apoio aos estudantes menos favorecidos socialmente (ações afirmativas) e outras ações de interesse social, como condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, telefones e bebedouros em altura compatível) e estacionamento para portadores de necessidades especiais; divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos, e a contribuição da IES com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí. As respostas a essas questões estão demonstradas nos Gráficos enumerados de 13 a 16.

Consultarmos a comunidade acadêmica a respeito da disponibilização de bolsas de apoio aos discentes. O Gráfico 13 mostra que existe um maior percentual de respostas “sim” com uma média de 93,5%. Esse dado revela a abrangência e o reconhecimento desse suporte financeiro aos discentes, de forma a contribuir com a permanência dos mesmos nesta IES.

Nesse sentido, a UFPI cumpre seu papel não somente de garantir o ingresso, mas também a formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

Gráfico: 13 Disponibilização de bolsas de apoio aos discentes

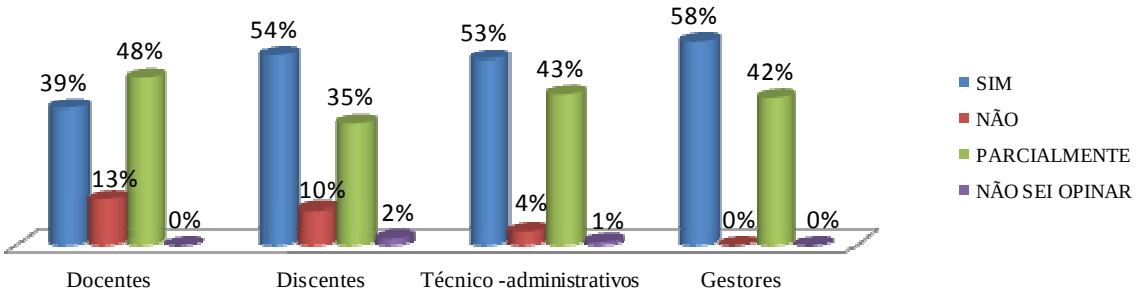


Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Verificamos no Gráfico 14 que pouco mais de 50% dos consultados entre discentes, técnico-administrativos e gestores consideram as condições de acessibilidade satisfatórias. Quanto aos segmentos dos docentes, 61% consideram essa acessibilidade parcial ou insatisfatória.

Desse modo, podemos inferir que os investimentos (UFPI, 2010), como construção de rampas, banheiros e calçadas adequadas ao acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais e locomoção reduzida, tanto nos prédios novos quanto nas instalações já existentes, bem como a inclusão da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como obrigatória nos cursos de licenciatura e optativa nos cursos de bacharelado, não foram suficientes para o reconhecimento de toda a comunidade acadêmica.

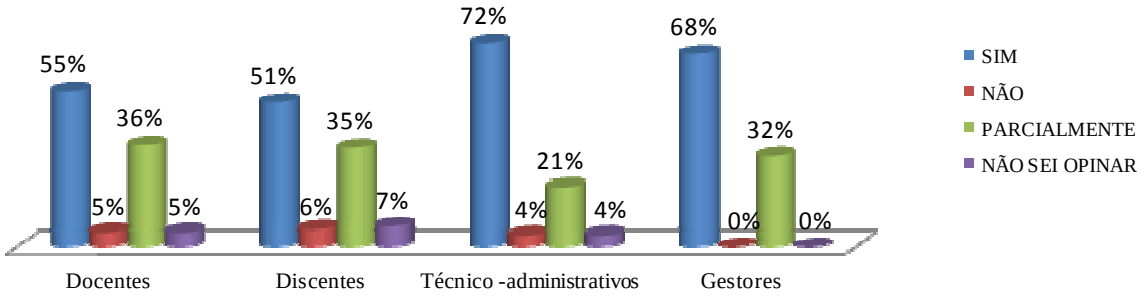
Gráfico: 14 Existência de condições satisfatórias de acessibilidade



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Quanto ao reconhecimento das ações para socialização do conhecimento da UFPI, podemos afirmar, que de acordo com o Gráfico 15, a maioria de todos os consultados admite que a UFPI divulga o conhecimento para os diversos setores da comunidade por meio de ações tais como: cursos, palestras, seminários e publicações científicas, possibilitando intercâmbio de informações com toda sociedade.

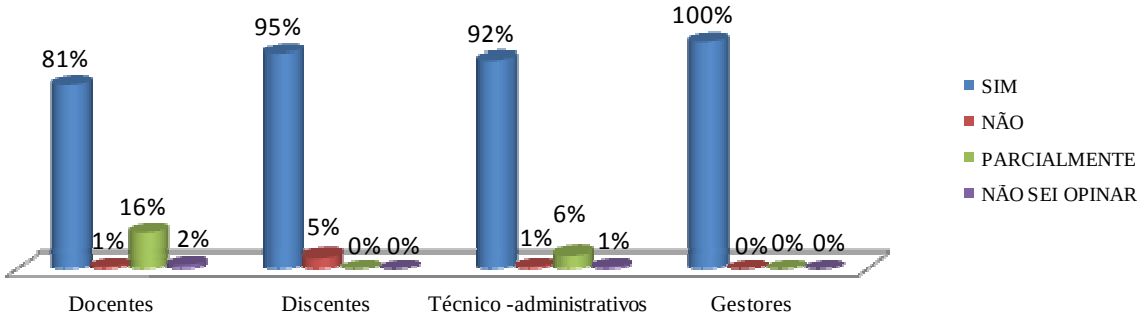
Gráfico: 15 Divulgação do conhecimento



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

A contribuição da UFPI para o desenvolvimento econômico e social do Estado foi avaliado como excelente, conforme se pode observar no Gráfico 16, com 81%, 95%, 92% e 100% de respostas “sim” pelos docentes, discentes, técnico-administrativos e gestores, respectivamente. Desse modo, manifesta-se nesses indicadores, uma representação positiva da resposta social da UFPI na formação de cidadãos, na medida em que participam ativamente da construção de um Estado econômica e socialmente desenvolvido.

Gráfico: 16 Contribui para o desenvolvimento econômico e social do Estado



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Enfim, tomando como base as análises realizadas e os indicadores observados sobre a responsabilidade social da UFPI, evidenciamos um índice geral de satisfação, o que nos leva a ratificar o pleno andamento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2010-2014).

3.4 Dimensão 4 – A Comunicação com a Sociedade

Esta dimensão avalia a comunicação interna e externa, a imagem pública da Instituição, os meios de comunicação utilizados, a relação entre comunicação e a missão, da UFPI, bem como o atendimento aos alunos e à comunidade de modo geral.

Na UFPI, a responsabilidade pelas atividades de comunicação é atribuída à Coordenação de Comunicação, que tem procurado expandir as ações de comunicação de forma planejada e diversificada às novas demandas e tecnologias para atendimento às necessidades de comunicação do público interno e externo.

Em acordo com o PDI - UFPI (2010-2014, p. 206), que destaca a importância de “oferecer à sociedade, informações relevantes e adequadas a respeito das atividades acadêmicas, pois é por meio da ação comunicativa de amplo espectro que a relevância social se implanta na consciência da sociedade”, a UFPI busca promover esses mecanismos por meio dos canais de comunicação e da ouvidoria.

4.1 Canais de comunicação

A UFPI utiliza de diversos recursos para fins de comunicação com a sociedade, em consonância com sua própria missão. Abaixo, relacionamos os meios utilizados para que se efetive esta comunicação:

- ✓ Veículo de massa de amplo espectro: Rádio FM Universitária, que opera através de ondas na frequência Modulada 96,7 MHZ;
- ✓ Jornal da UFPI: informativo produzido pela Coordenadoria de Comunicação Social (COORDECOM);
- ✓ Revista UFPI: editada sob a responsabilidade da COORDECOM;
- ✓ Revista Diversa: editada pelo CMRV;

- ✓ Sítio eletrônico da UFPI (www.ufpi.br): portais - a UFPI a Reitoria a Vice-reitoria, as Pró-Reitorias, os Órgãos suplementares, os *campi*, as Unidades acadêmicas, a Inovação tecnológica; *acesso on-line:* Aluno e Professor; serviços: Biblioteca, Calendário, Estatísticas, GRU, Guia Telefônico, protocolo, recursos Humanos, CPPD, Restaurante Universitário, Webmail, Guia Acadêmico, Editora da UFPI; Transparência: Atos, SPDs, Concursos, Editais, Licitações, Auditoria, estatuto, regimentos e resoluções; Mídias: Áudios, Banco de Imagens, Blogs, Logomarcas, Publicações e Vídeos, além de notícias diárias.
- ✓ Assessoria Internacional (ASSINTER), encarregada de estabelecer parcerias com outras instituições de interesse acadêmico no Brasil e no exterior, procurando desenvolver a cooperação acadêmica, técnica, científica e cultural entre elas.

Ouvidoria

A comunicação na UFPI acontece também por meio da Ouvidoria, que conta com um sistema informatizado disponibilizado no portal da UFPI, onde as respostas são veiculados aos interlocutores através de e-mail's. O encarregado da recepção das informações, reclamações e críticas, repassa ao setor responsável e este, por sua vez, devolve ao responsável pela recepção das informações que repassa ao interlocutor. Desta forma fica preservada a identidade do reclamante.

No período de janeiro a dezembro de 2012, a Ouvidoria ampliou o número de mensagens por e-mail, comparado ao do ano anterior. Destaca-se, também, nesse período, uma procura maior por atendimento individualizado, como também um maior número de atendimentos via telefone. Houve acessos de servidores técnico-administrativos, docentes e discentes, tanto quanto da comunidade em geral.

Dentre as manifestações recebidas pela Ouvidoria, as relacionadas às atividades desenvolvidas pela Universidade Federal do Piauí que receberam maior atenção foram: assuntos relacionados ao Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM; transferências de cursos; concursos públicos; seleções de mestrado; matrículas; monitorias; bolsas de estudo; intercâmbios; trancamentos de matrículas; bibliotecas universitárias; diplomas; especializações, mestrados e doutorados; conflitos entre alunos e professores; exames de vaga remanescentes; pedidos de

informação sobre o Hospital Universitário; pedidos de informações acerca de concursos para o HU e serviços que serão prestados pelo Hospital.

Classificando as manifestações recebidas, de acordo com a categoria da manifestação, temos: a) informação; b) sugestão; c) elogio; d) crítica; e) reclamação; f) dúvida; g) denúncia, dentre outros. Destacamos uma maior quantidade de consultas, sugestões e reclamações.

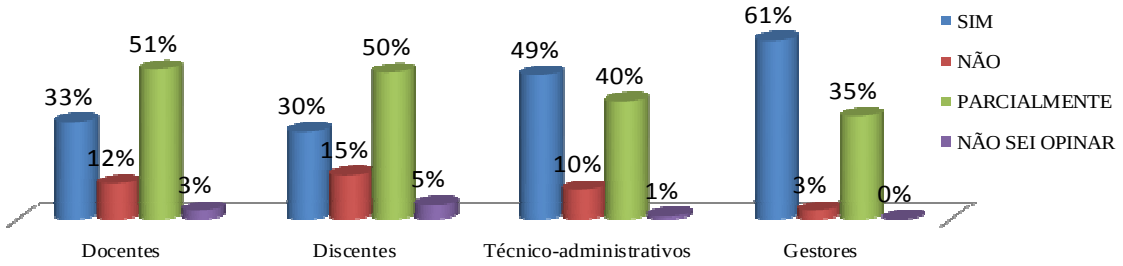
Em 2012, a CPA indagou aos discentes, docentes, gestores e técnico-administrativos, sobre o atendimento recebido através dos meios de comunicação internos e externos da UFPI, também averiguou a respeito da existência de mecanismos adequados de comunicação e/ou sistemas de informação nas/entre as unidades acadêmicas, bem como sobre a presença de uma estrutura de informação dirigida ao público interno e externo desta IES. Outros dois pontos tratados no instrumento de avaliação dizem respeito à utilização da Ouvidoria da UFPI por parte da comunidade acadêmica e à imagem da Instituição junto à sociedade piauiense. Finalmente, abordamos o índice de satisfação de atendimento ao público interno e externo proporcionado pelos técnico-administrativos, docentes e gestores nos diversos setores.

As respostas revelaram, além da qualidade, o uso que fazem desses setores de forma a propiciar uma comunicação ativa e eficiente. Os dados nos possibilitam uma análise sobre cada aspecto no âmbito da comunicatividade e estão apresentadas nos Gráficos 17 a 22. Convém assinalar, ainda, que a instituição adquiriu um sistema de informação denominado de SIGAA (Sistema Integrado de Gestão e Atividades Acadêmicas), que irá agilizar e otimizar o processo de comunicação do público interno, o que irá também refletir na comunicação externa, uma vez que tornará o acesso à informação, por parte da gestão de comunicação, mais rápida e eficiente, sendo que já foram implantados, em 2012, o portal institucional com disponibilização de módulos.

Em relação à eficácia dos meios de comunicação internos e externos da UFPI, as informações apontam uma variação considerável entre os segmentos participantes do processo avaliativo, tendo em vista que entre os docentes, discentes e técnico-adminsitrativos, mais de 50% consideram essa eficácia parcial e insuficiente, enquanto que para a maioria dos gestores esse atendimento é eficaz. Com efeito, é pertinente uma reflexão e tomada de decisões por parte da autoridade

competente, no sentido de identificar o motivo dessa divergência de posicionamentos para, então, poder ampliar a qualidade da comunicação da UFPI.

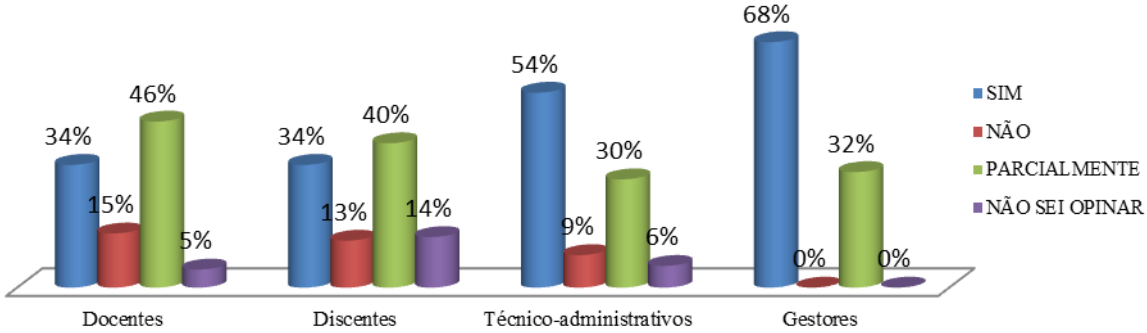
Gráfico: 17 Eficácia dos meios de comunicação interna e externa



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

A respeito da existência de mecanismos de comunicação e/ou sistema de informação nas/entre as unidades acadêmicas as opiniões estão divididas entre "sim" e "parcialmente", na medida em que os técnico-administrativos e os gestores, em sua maioria, confirmam a existência desses mecanismos, entretanto para os docentes e discentes prevalece a parcialidade. Percebemos clara divergência entre os segmentos consultados, o que evidencia a necessidade de revisão desses mecanismos.

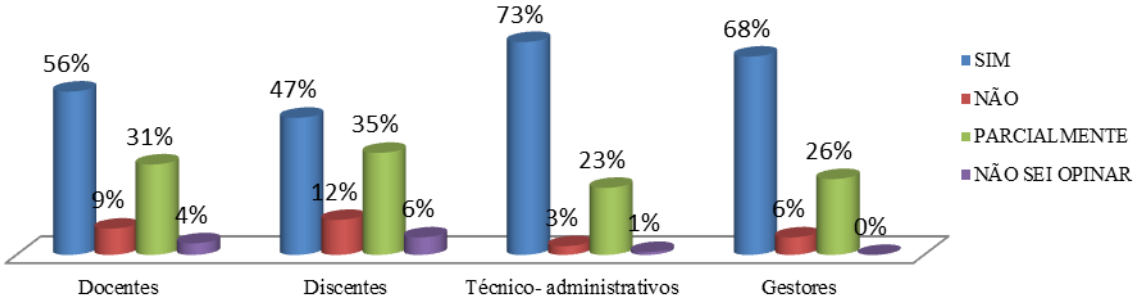
Gráfico: 18 Existência de mecanismos de comunicação nas unidades acadêmicas



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

De forma geral, a estrutura de informação direcionada ao público da UFPI é reconhecida pela comunidade acadêmica, apontada, pelo percentual de respostas "sim" prevalecendo para todos os consultados, confirmando o reconhecimento dessa estrutura.

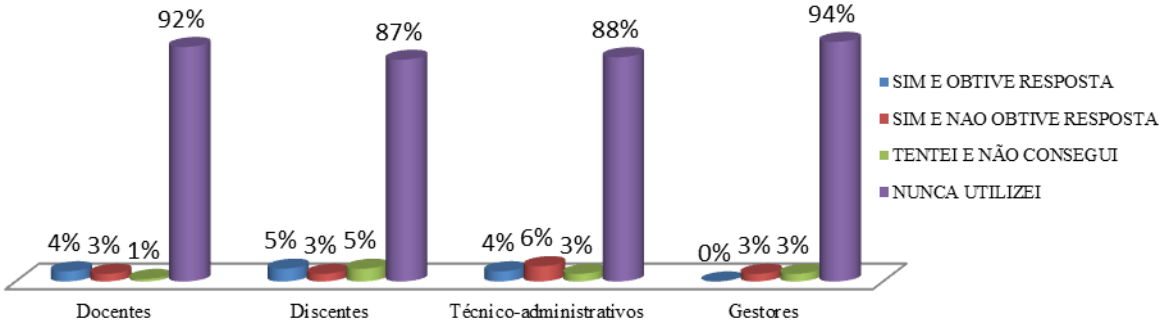
Gráfico: 19 Existência de informação dirigida ao público interno e externo



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

A respeito da Ouvidoria, observamos que 90% da comunidade acadêmica nunca utilizou este serviço. Um índice preocupante, tendo em vista se tratar de um serviço que deve garantir a transparência da UFPI, no sentido de receber e encaminhar as demandas da comunidade universitária e da sociedade externa, de modo a garantir a defesa e a promoção de direitos, além de proporcionar a crítica e o controle social sobre as ações realizadas.

Gráfico: 20 Utilização da Ouvidoria

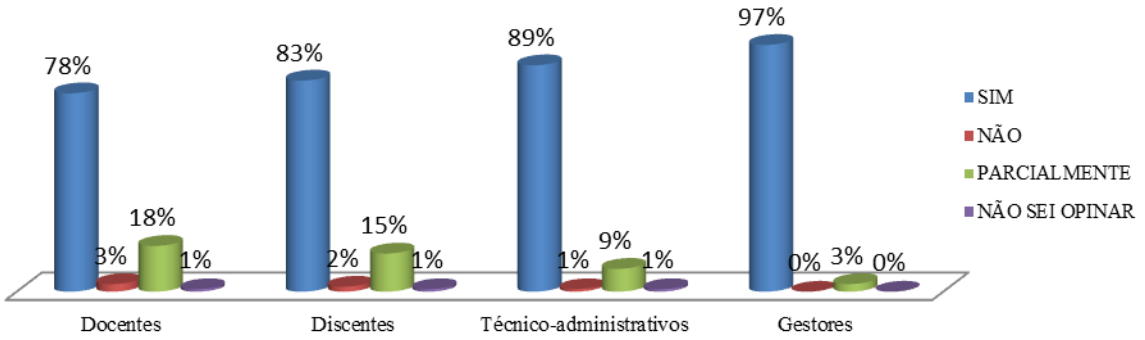


Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Quanto à boa imagem pública da UFPI, o índice melhorou com relação à autoavaliação de 2011, subindo de 79% para 86,7%, enquanto que os resultados para as respostas “não” e “parcialmente” são inversamente proporcionais com uma queda de 3% para 1,5% e de 16% para 11,2%, respectivamente. Esses indicadores revelam que a UFPI está cumprindo seu papel na promoção do ensino superior

público de qualidade, na medida em que tem sua imagem reconhecida pela sociedade piauiense.

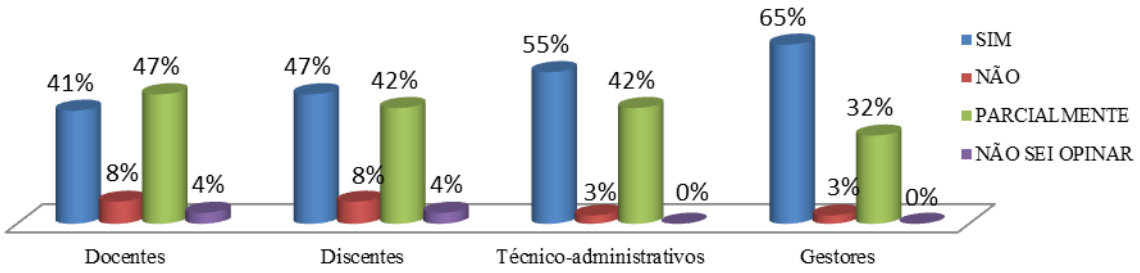
Gráfico: 21 Imagem pública da UFPI



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

No que diz respeito à satisfação de atendimento ao público nos setores da UFPI, os dados mostram que este deve ser repensado e discutido, haja vista que, para 52,5% entre docentes e discentes esse atendimento ocorre de forma insuficiente e parcial, enquanto que para 60% entre gestores e técnico-administrativos esse atendimento é satisfatório.

Gráfico: 22 Satisfação quanto ao atendimento nos setores da UFPI



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Verificamos que a comunicação da UFPI com a sociedade atende às demandas de forma diferenciada em cada segmento consultado, revelando lacunas no processo comunicativo interno e externo, que requerem um olhar diferenciado no intuito de estabelecer melhorias. Entretanto, merece destaque o papel da UFPI em

cumprir seu objetivo, no sentido de estar avançando no desenvolvimento de uma imagem institucional consistente.

3.5 Dimensão 5 – Políticas de Pessoal (Corpo Docente e Técnico administrativo)

A quinta dimensão avalia as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho e sua coerência com as políticas firmadas nos documentos oficiais, em especial no PDI.

A UFPI tem planos de carreira regulamentados conforme recomenda a CONAES/INEP, estabelecendo critérios claros de admissão, progressão, programas de qualificação profissional de docentes e funcionários técnico-administrativos (CONAES, 2004).

Neste escopo o PDI ressalta a missão da DRH/PRAD:

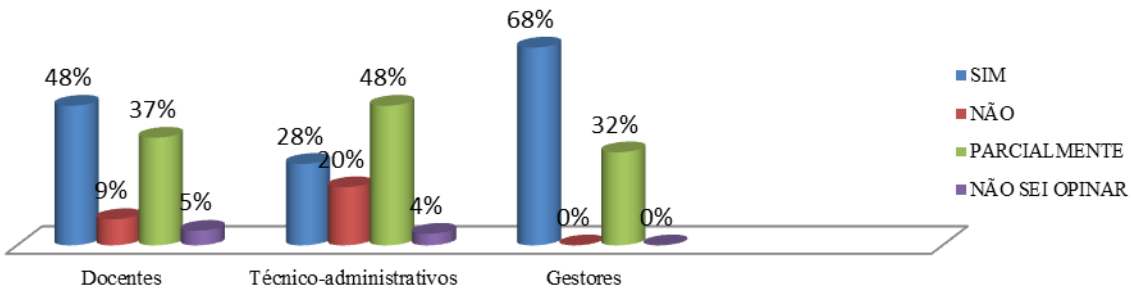
> [...] possibilitar aos servidores técnico-administrativos e docentes, a potencialização como agentes de transformação social, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento humano e social almejando a melhoria do nível de qualidade de vida no trabalho. [...] se incumbe de promover articulação com os setores que atuam em áreas afins, buscando a interdisciplinaridade na promoção do melhor nível da qualidade de vida no trabalho; articular ações continuadas com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA), com vistas à melhoria da política de pessoal na UFPI e apoiar e defender nas esferas competentes a implantação dos estudos propostos sobre o Plano de Carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades públicas federais brasileiras (UFPI, 2010-2014, p.105).

Cabe a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) instituir mecanismos para a ampliação da qualificação dos docentes e técnico-administrativos da UFPI. No ano de 2012, várias estratégias foram adotadas e dentre elas destacou-se a implantação de programas especiais gerenciados pela CAPES. Houve continuidade das ações do Programa de Qualificação Interna (PQI) que objetiva capacitar docentes e técnicos nos Programas de Pós-Graduação da própria IES. No orçamento da UFPI estão descritas as despesas efetivas com capacitação docente, de técnico-administrativos e formação do corpo de tutores.

A comunidade acadêmica foi consultada acerca da política de apoio à capacitação de docentes e técnico-administrativos e o grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI. As respostas a essas indagações estão demonstradas nos Gráficos 23 e 24.

Quanto à política de apoio à capacitação dos técnico-administrativos e docentes, mantida pela UFPI, a avaliação mostra que a média de concordância ficou em 48%; destes os segmentos docente e gestor mantiveram predomínio de avaliação positiva (48% e 68%, respectivamente) em relação ao ano anterior (2011).

Gráfico: 23 Apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

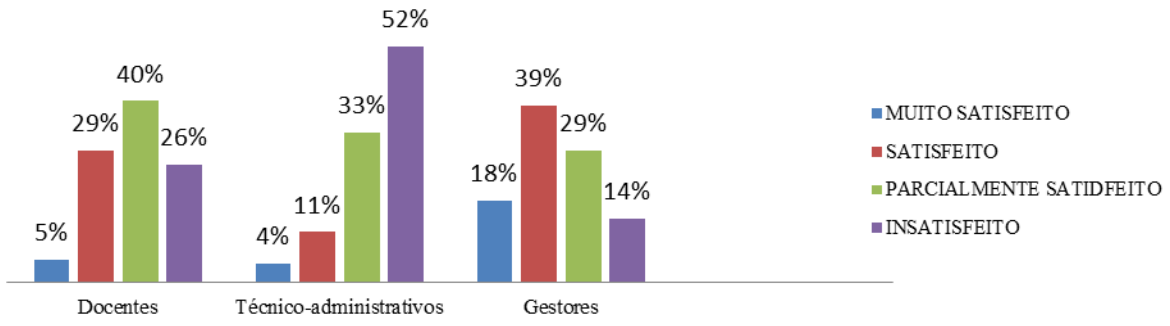
Destacamos então, o crescimento de 23,6% na categoria gestor e a manutenção no grupo docente, com variações importantes de satisfação parcial, de 32%, 37% e 48%. Houve ainda um decréscimo de 25% nas respostas “não sei opinar” sinalizando um maior interesse e participação dos três segmentos na análise do aspecto avaliado. Contudo, foi desfavorável a avaliação dos técnico-administrativos (28%) mostrando um declínio nesse índice de 17,6% (Gráfico: 23).

O índice de titulados, principalmente de mestres e doutores, continua crescente, dado o aumento do número de Programas Institucionais de Pós-Graduação favorecendo docentes e técnicos que vêm se qualificando na própria Instituição. O expressivo crescimento deve-se ao apoio institucional, a exemplo do Programa de Capacitação Interna (PCI) da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e de parcerias estabelecidas com outras instituições. A política de apoio à qualificação interna tem obtido resultados positivos junto aos dois

segmentos e, embora a categoria docente apresente respostas mais positivas, o segmento técnico também melhorou.

No que diz respeito à satisfação com vistas ao treinamento de pessoal, como parte do programa de formação continuada desta IES, a avaliação mostra que a média de satisfação ficou em 28,3% destes, o grupo de gestores foi o único com aumento de satisfação; a média alcançada neste grupo foi 41% a partir das categorias muito satisfeito e satisfeito (16% e 35%, respectivamente), além de crescimento em relação ao ano anterior de 13,8% (UFPI, 2011).

Gráfico: 24 Satisfação em relação ao programa de formação continuada



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Por sua vez, os docentes mantiveram-se com o mesmo padrão de satisfação da avaliação antecedente (29%) enquanto os técnicos diminuíram (15% de satisfação). Tais índices sofreram queda num patamar de 31,8% como mostram os dois relatórios. A insatisfação aumentou em 9,1% traduzindo marcado descontentamento com o referido programa (UFPI, 2012).

Apesar de investimentos feitos pela UFPI nessa área, há necessidade de maior atenção ao programa de educação continuada, sobretudo para os servidores técnico-administrativos. Esta insatisfação continuada em dois momentos, 2011-2012, requer uma análise mais detalhada para identificar a cadeia causal e as medidas necessárias visto que o grupo manifesta-se insatisfeito com tais programas.

3.6 Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição

A dimensão 6 aborda a organização e a gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua interdependência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Segundo o Regimento Geral, a estrutura organizacional da UFPI é composta por órgãos deliberativos e executivos. Estes últimos, sob a coordenação da Reitoria, que é o órgão executivo central. Os órgãos deliberativos superiores são: Conselho de Administração-CAD, Conselho Universitário - CONSUN e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão - CEPEX. A Reitoria (Reitor e Vice-Reitor) é apoiada por seis Pró-Reitorias [4], que auxiliam nas tarefas de execução da gestão da Universidade. São dirigidas por Pró-Reitores nomeados pelo Reitor.

A execução das atividades em nível setorial fica a cargo das Unidades Acadêmicas ou de Ensino, que são os órgãos executivos encarregados de superintender, coordenar e fiscalizar as atividades. Cada uma delas possui uma Diretoria, exercida pelo Diretor e, nas faltas e impedimentos deste, pelo Vice-Diretor. Nas faltas e impedimentos simultâneos e eventuais do Diretor e do Vice-Diretor, a Diretoria é exercida pelo professor mais antigo do magistério da Universidade, dentre os Chefes de Departamento da respectiva Unidade. O Diretor e o Vice-Diretor são nomeados pelo Reitor e escolhidos, mediante consulta à comunidade universitária, na forma da legislação vigente.

São Unidades Acadêmicas da UFPI: os Centros de Ciências da Saúde, Humanas e Letras, da Natureza, da Educação, de Tecnologia e Agrárias, acrescidas dos de Parnaíba (Ministro Reis Veloso), de Picos (Senador Helvídio Nunes de Barros), de Bom Jesus (Professora Cinobelina Elvas) e de Floriano (Doutor Amílcar Ferreira Sobral). Além disso, a UFPI possui três Colégios Agrícolas, situados em Teresina, Floriano e Bom Jesus, por meio dos quais ministra cursos profissionalizantes de nível médio.

---

[4] A Pró-Reitoria de Administração – PRAD, Pró-Reitoria de Extensão – PREX Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC.

Integrando a estrutura do ensino de graduação, a UFPI possui um Centro de Educação Aberta a Distância, cognominado Universidade Aberta do Piauí (UAPI), que ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) com o objetivo de formar, por meio de novas metodologias da informação e comunicação, profissionais habilitados ao exercício profissional, aptos a atuarem na sociedade.

São integrados também à estrutura da UFPI os Órgãos de Apoio às atividades acadêmicas, também denominados de Órgãos Suplementares, quais sejam:

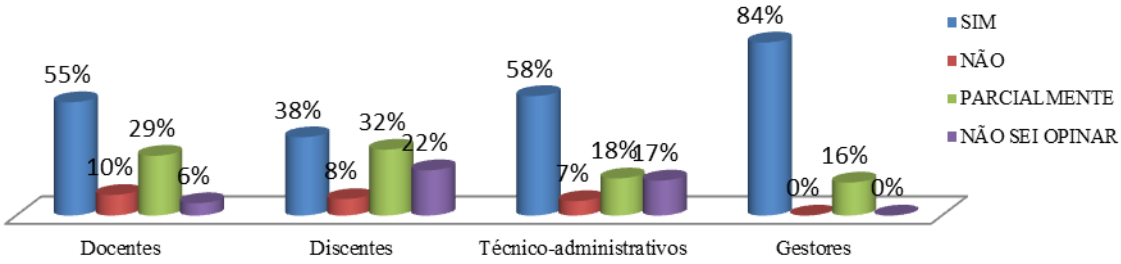
- ✓ Prefeitura Universitária;
- ✓ Biblioteca Comunitária;
- ✓ Restaurante Universitário
- ✓ Editora Universitária;
- ✓ Hospitais Universitários (Hospital Universitário e Hospital Veterinário Universitário);
- ✓ Auditoria Interna;
- ✓ Núcleo de Tecnologia da Informação;
- ✓ Ouvidoria;
- ✓ Coordenadoria Permanente de Seleção - COPESE

O organograma Institucional da UFPI, contemplando as instâncias deliberativas e as executivas, está apresentado na Figura 1, na página 21.

A respeito dessa dimensão, a CPA indagou à comunidade acadêmica se a forma de organização e se a gestão da UFPI, sobretudo as representações dos colegiados, possibilita a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios; e também se o funcionamento e a representatividade dos colegiados da UFPI cumprem os dispositivos regimentais e estatutários.

Os dados obtidos por meio destes questionamentos estão sumarizados nos Gráficos 25 e 26, onde é possível perceber que a maioria dos segmentos respondeu “sim” e “parcialmente”, sendo que a opção mais assinalada por cada segmento foi “sim”, em média 58% das respostas. Portanto, consideram que esta forma de organização possibilita a participação da sociedade acadêmica nas decisões da Instituição. Os discentes e técnico-administrativos foram os segmentos que mais declararam não saber opinar.

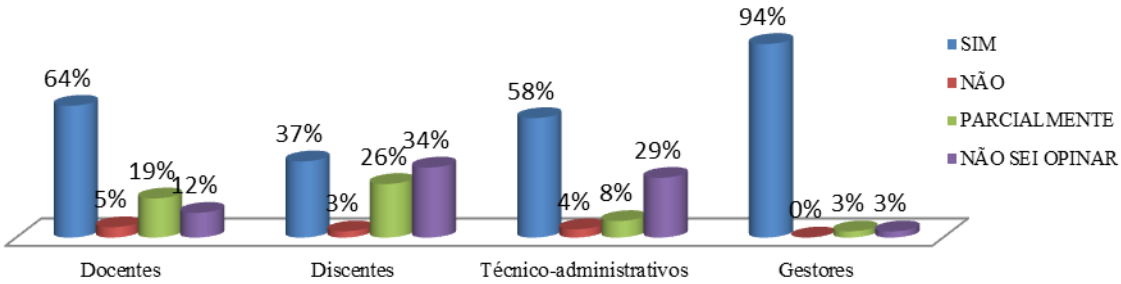
Gráfico: 25 Participação dos representantes da comunidade acadêmica nas decisões



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

A comunidade acadêmica também foi indagada quanto ao cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários no funcionamento e representatividade dos colegiados da UFPI, respondendo “sim” e “parcialmente” para este quesito. A opção mais assinalada por cada segmento foi “sim”, em média 63,25% das respostas, entretanto, uma média de 19,5% destas foram para opção “não sei opinar”. Vale mencionar que, dentre os grupos questionados, foram os discentes que mais assinalaram esta opção (34%).

Gráfico: 26 Cumprimento dos dispositivos regimentais e estatutários



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

O Gráfico 26 mostra que quantidade significativa da comunidade acadêmica não se sentiu apta a responder a indagação, denotando, portanto, um possível desconhecimento sobre as ações da gestão superior da Instituição e/ou sobre as deliberações dos órgãos colegiados, resultado semelhante ao da avaliação

de 2011. Assim, a divulgação acerca do processo de deliberação dos colegiados e a respeito das normas regimentais carece de maior conhecimento no âmbito da UFPI, como está posto no referido relatório.

3.7 Dimensão 7 – Infraestrutura Física

A infraestrutura física da Universidade Federal do Piauí, com o advento do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), sofreu amplas e intensas ações de reformas e de construções, com vistas à melhoria da formação discente. Tanto no *Campus* "Ministro Petrônio Portela", quanto nos do *campi* do interior houve construção e reforma de salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços administrativos, espaços de convivência, auditórios, vias de acesso, dentre outras.

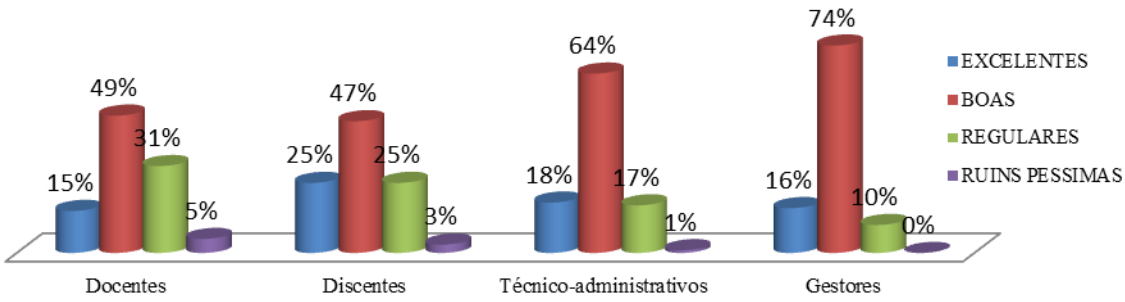
Apresenta-se nesta dimensão a análise das respostas da comunidade acadêmica referentes à infraestrutura da UFPI, nos quesitos: salas de aula; laboratórios; biblioteca comunitária e setorial; auditórios; áreas de convivências, lazer, cantinas e acessibilidade; bebedouros e banheiros; serviços de internet e recursos de tecnologia. É relevante mencionar que no contexto geral, no relatório 2011, as instalações gerais da Instituição foram parcialmente aprovadas pela comunidade acadêmica. Aspectos como a qualidade dos laboratórios, da biblioteca comunitária e dos auditórios foi categorizada pelos respondentes como "excelentes" e "bons", entretanto, quesitos como áreas de convivência, lazer e cantinas; bebedouros e banheiros; qualidade das instalações gerais dos pólos de apoio presencial utilizados no ensino a distância; os serviços de internet e de Tecnologias de Informação (TIC) foram considerados "bons" e "regulares" pelos respondentes. Ressaltamos que este último aspecto foi avaliado como ruim/péssimo por 20% dos avaliadores.

Em 2012, a CPA perguntou a comunidade acadêmica sobre as salas de aulas envolvendo dimensão, limpeza, conservação, climatização e acústica. As respostas estão demonstradas nos Gráficos 27 a 34.

As salas de aula têm atendido às necessidades de ensino para a maioria dos setores (regular e/ou bom), já que uma média de 58% dos respondentes as considerou "boas" (Gráfico 27). Entretanto, uma média de aproximadamente 20% da

comunidade avaliadora considerou as salas de aula “regulares”, sendo o docente o seguimento que mais assinalou essa opção. Podemos enfatizar, conforme análise das respostas acerca dos recursos de tecnologia de informação e comunicação (Gráfico 27), que parte da insatisfação dos docentes e discentes refere-se aos equipamentos multimídia utilizados em sala de aula.

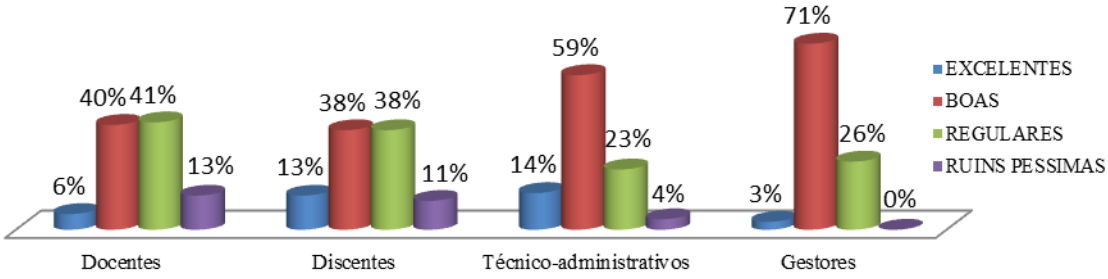
Gráfico: 27 As salas de aula da UFPI são



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

No que se refere à qualidade dos laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais), a comunidade considerou-a satisfatória, haja vista que uma média de 52% avaliou-a como boa. Destacamos que um percentual médio de 32% dos respondentes considerou “regular” a qualidade dos laboratórios e que apesar dos avanços há, ainda, insatisfação docente e discente com os mesmos, especialmente, em relação aos equipamentos das unidades de ensino, pois a metade destes segmentos considerou “regular” a satisfação com os laboratórios.

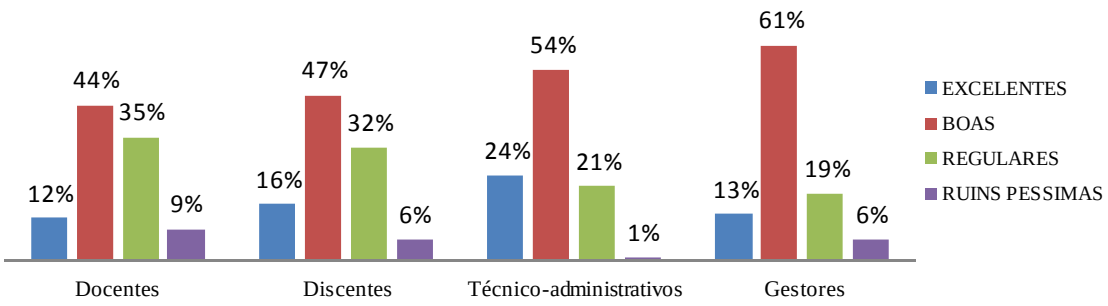
Gráfico: 28 Qualidade dos laboratórios



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

A biblioteca comunitária, que é central, também obteve avaliação satisfatória da comunidade acadêmica, sendo que a opção mais assinalada por cada segmento foi “boas”, ou seja, em média 51% dos respondentes admitem que a biblioteca comunitária atende às necessidades da comunidade universitária. Contudo, 26% dos questionados consideraram “regulares” as condições da biblioteca central, pelo que podemos inferir que tal insatisfação refere-se à falta de equipamentos de multimídia e ao fato de que a disponibilidade de obras e a atualização do acervo não atendem à demanda.

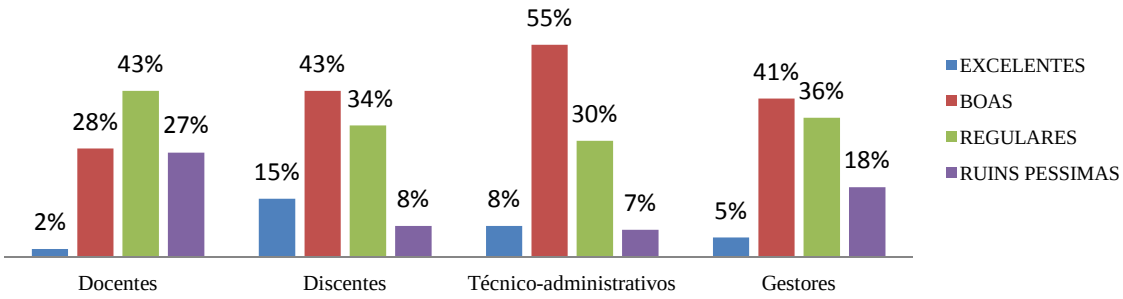
Gráfico: 29 Qualidade da Biblioteca comunitária (central)



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Sobre a qualidade das bibliotecas setoriais, os maiores percentuais também estão na categoria “boas”, atingindo uma média de 33,7% das respostas, o que demonstra uma satisfação parcial da comunidade acadêmica nesse aspecto. É importante mencionar que uma média de 30% dos respondentes considerou a qualidade das bibliotecas setoriais “regular”, sendo os docentes e os discentes os segmentos que mais assinalaram esta opção.

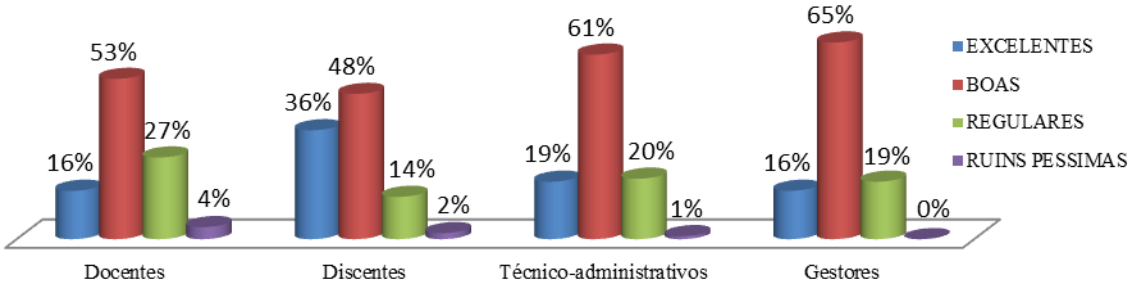
Gráfico: 30 Qualidade das bibliotecas setoriais



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Quanto à qualidade dos auditórios, somando-se os respondentes das categorias “excelentes” e “boas”, estes ficam com uma média de 78%, o que indica a aprovação dessas estruturas pela comunidade acadêmica, sendo os discentes o segmento que assinala o maior percentual para a resposta “excelentes” (36%).

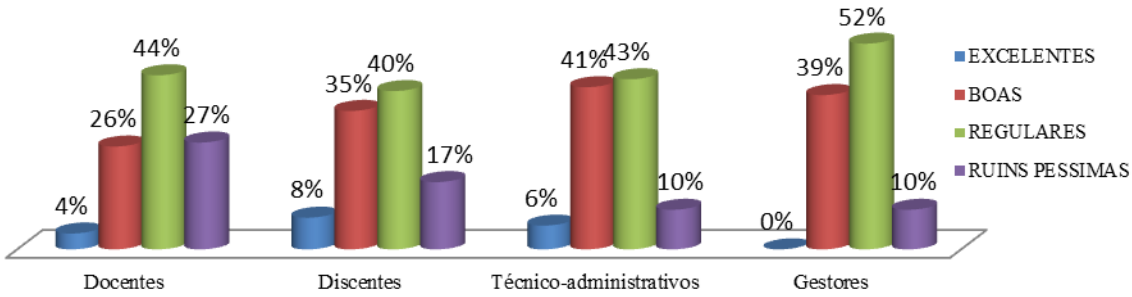
Gráfico: 31 Qualidade dos auditórios:



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

As áreas de convivência, lazer, de cantinas e acessibilidades foram avaliadas como “boas” e “regulares” pela maioria dos segmentos. Na soma foram os gestores que mais assinalaram essas duas opções, perfazendo um total de 91%, enquanto os docentes foram os que menos assinalaram, ficando com 70% da soma das referidas opções. Dentre os participantes que assinalaram “péssimas”, o maior percentual também foi de docentes, com 27%. Em geral, observamos que ainda restam esforços a serem empreendidos com vistas a criar condições satisfatórias, especialmente, no que diz respeito à acessibilidade.

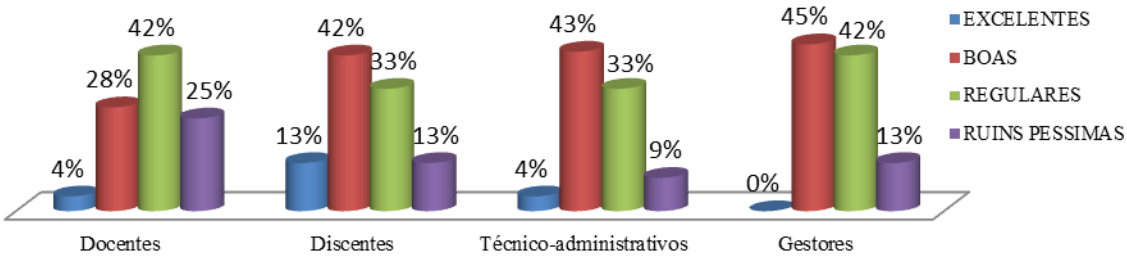
Gráfico: 32 Qualidade das áreas de convivência, lazer, cantinas e acessibilidades



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

As condições dos bebedouros e banheiros também foram consideradas "boas" e "regulares" pela maioria dos segmentos. Dentre eles os participantes que mais assinalaram a opção "ruins/péssimas" foram os docentes (25%) e os que mais assinalaram a opção "boas" foram os gestores (45%).

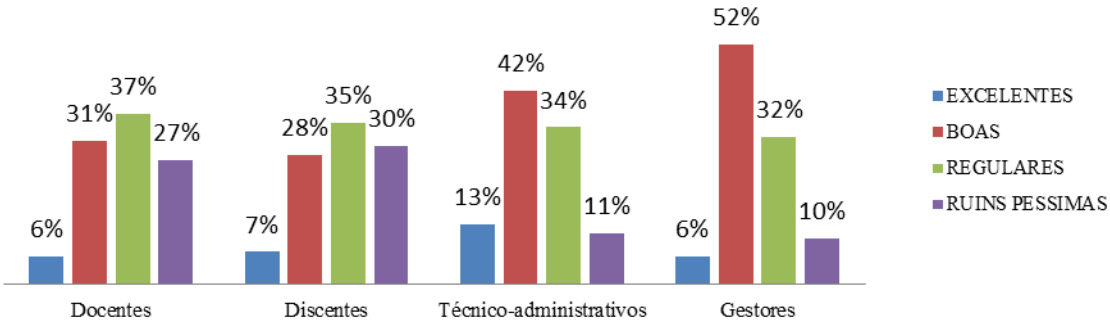
Gráfico: 33 Qualidade dos bebedouros e os banheiros



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Indagados acerca da qualidade dos serviços de internet e os recursos de TIC, a maior parte dos respondentes assinalou as categorias "boas" e "regulares", perfazendo uma média de 72,75 % para a soma destas duas opções. Dessa forma, podemos inferir que a comunidade aprova, parcialmente, a qualidade dos serviços de Internet e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Contudo, foram os docentes (27%) e os discentes (30%) que mais responderam a opção "ruins/péssimas" para este quesito.

Gráfico: 34 Qualidade dos serviços de internet e os recursos de TIC



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

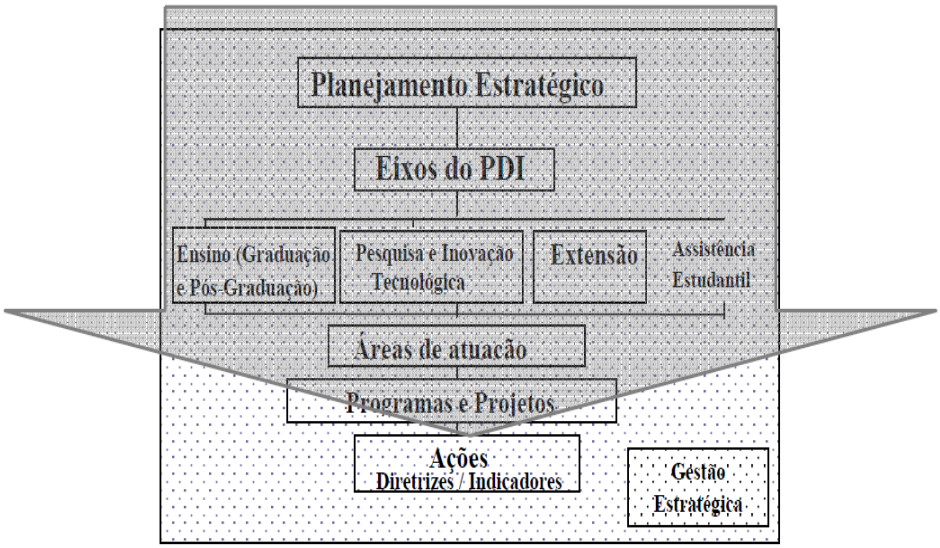
De acordo com os gráficos analisados, concluímos que, em um contexto geral, a comunidade acadêmica aprova, parcialmente, a infraestrutura física da Instituição para a realização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como foi observado, o percentual de aprovação varia bastante de um segmento para outro, haja vista que alguns aspectos são mais experimentados por um segmento do que por outro.

3.8 Dimensão 8 – Planejamento e Avaliação

Esta dimensão aborda o planejamento e a avaliação, especialmente sua correspondência com a autoavaliação institucional. São avaliados, portanto, se há coerência entre o planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional com o estabelecido em documentos oficiais, tais como: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI).

O planejamento, na UFPI, para o quinquênio 2010/2014, detalhado no Plano de Desenvolvimento institucional (PDI), foi elaborado em observância aos eixos temáticos preconizados na legislação federal pertinente, além do Estatuto da UFPI, Regimento Geral da UFPI e Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI). Na Figura 3, a seguir, mostramos como esses eixos estão estruturados.

Figura 3 - Dimensões Institucionais



Fonte: UFPI-2010/2014

Inserido no processo de desenvolvimento das atividades da UFPI, um dos objetivos institucionais, expressos neste PDI, é desenvolver o processo de autoavaliação do desempenho institucional como prática permanente de “releitura, análise e reflexão crítica sobre as ações propostas e desenvolvidas” (p.226).

Visando aperfeiçoar o ensino, pesquisa, extensão, as parcerias e a gestão, com o comprometimento da comunidade acadêmica, por meio do trabalho participativo, como fator e parâmetro para subsidiar a tomada de decisões para a melhoria acadêmica em termos didático-pedagógicos, de gestão e de infraestrutura. Dentro da perspectiva de sua missão de formar profissionais-cidadãos capazes de interferir no mundo em constante transformação.

De acordo com o PDI 2010-2012, “[...] a vinculação da avaliação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados, primeiramente, para a produção do conhecimento, constitui o ponto básico deste processo”. Assim, a CPA/UFPI tem autonomia e liberdade para realizar “[...] as funções de coordenar e articular o processo interno de avaliação e disponibilizar informações” (UFPI, 2007, p. 2).

Em 2012, além das atividades pertinentes a avaliação interna, a CPA esteve envolvida no acompanhamento de avaliações externas do INEP, em visita de reconhecimento a 6 (seis) novos cursos resultantes da adesão ao Reuni e do Ensino a Distância, assim como renovação de 4 (quatro) cursos nos *campi* de Teresina e Parnaíba, conforme detalhamento no Quadro 6 abaixo, onde se pode observar que, dentre os 10 (dez) cursos avaliados, obtiveram conceito 4 (quatro), o que demonstra o compromisso educacional da UFPI com o cumprimento de sua missão.

Quadro 6 – Avaliações externas realizadas no período de 2012

	Período	Curso Avaliado	Ato regulatório	Conceito do Curso(CC)
Campus de Parnaíba	16/09 a 19/09 de 2012	Engenharia de Pesca	Reconhecimento	3
	02/05 a 05/05 de 2012	Ciências Econômicas	Renovação do Reconhecimento	3
	06/05 a 09/05 de 2012	Pedagogia	Renovação do Reconhecimento	4
Campus Ministro Petrônio Portella	03/06 a 06/06 de 2012	Arqueologia	Reconhecimento	4
	27/06 a 30/06 de 2012	Estatística	Reconhecimento	3
	01/08 a 04/08 de 2012	Educação Artística* (CCE)	Renovação de Reconhecimento	3
	05/06 a 08/06 de 2011	Educ. Física** (CCS-CREF)	Reconhecimento	4

Fonte: Relatório gestão DIAI, 2012.

Quadro 7 – Avaliações externas realizadas no período de 2012 - EaD

	Código Avaliação e Protocolo	Período	Curso Avaliado	Unidade/ Campus	Ato regulatório	Conceito
Ensino a distância-EaD	95100 201012147	01/08/2012 a 04/08/2012	Química, Licenciatura	UAPI Pólo de União	Reconhecimento	3
	95099 201012147	01/08/2012 a 04/08/2012	Química, Licenciatura	UAPI Pólo de Piracuruca	Reconhecimento	4
	95098 201012147	01/08/2012 a 04/08/2012	Química, Licenciatura	EaD - sede	Reconhecimento	3

Fonte: Relatório gestão DIAI, 2012.

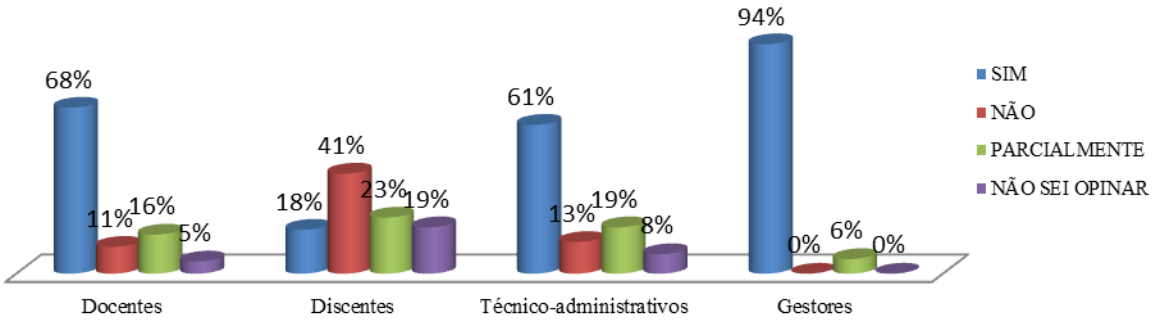
Além disso, a CPA reuniu-se para analisar o Plano de Melhorias, elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante do curso de Sistema de Informação do *Campus* "Senador Helvídio Nunes de Barros", no município de Picos, em atendimento ao que dispõe a Nota Técnica intitulada Avaliação de Cursos e

Instituições no ciclo avaliativo como referencial para os processos de renovação e recredenciamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior-SINAES.

Na consulta à comunidade acadêmica realizada em 2012, foram abordados o conhecimento da comunidade *ufipiana* acerca da existência e do funcionamento da CPA da UFPI e sobre a utilização dos resultados da avaliação interna no planejamento institucional (PDI) e na gestão. As respostas estão demonstradas nos Gráficos: 35 e 36.

Questionados acerca do conhecimento da existência e funcionamento da CPA da UFPI, conforme dados do Gráfico 35, 94% dos gestores, 64% dos docentes e 61% dos técnico-administrativos responderam “sim”, enquanto que somente 18% dos discentes responderam “sim”. Isso demonstra a necessidade de maior divulgação das finalidades e da importância da autoavaliação no âmbito da UFPI.

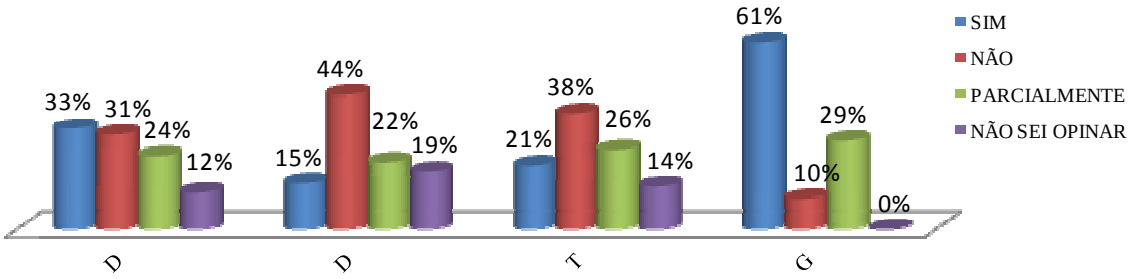
Gráfico: 35 Conhecimento acerca da existência e funcionamento da CPA



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Outra indagação diz respeito ao conhecimento e utilização dos resultados da avaliação interna da UFPI para atualização do PDI e, consequentemente, de sua utilização como instrumento de gestão. A maioria dos gestores e professores respondeu “sim”, enquanto que a maioria dos discentes e técnico-administrativos respondeu “não” (Gráfico 36).

Gráfico: 36 Conhecimento sobre os resultados da autoavaliação



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Verificamos por meio da análise das respostas que é significativo o número de sujeitos da comunidade acadêmica que desconhecem a existência e, consequentemente, a utilização dos resultados da autoavaliação. Assim, há necessidade de empenhar mais tempo e esforços sensibilização de todos os segmentos, em especial dos discentes e técnico-administrativos, sobre a importância da autoavaliação e do papel da CPA, de informar por meio do portal da UFPI e na própria sala de aula, as mudanças ocorridas na Instituição, em função dos resultados e das sugestões obtidos nas avaliações.

3.9 Dimensão 9 – Políticas de Atendimento aos Discentes

Esta dimensão avalia as políticas de atendimento aos discentes, verificando a coerência das políticas de atendimento com o estabelecido em documentos oficiais e de programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes referentes à realização de eventos.

As políticas de atendimento aos estudantes da UFPI são coordenadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), por meio de suas Coordenadorias, que possuem programas de apoio aos discentes, os quais efetivam suas matriculas na Instituição podendo usufruir destes programas.

Acompanhando a atual política nacional de democratização do acesso e permanência do aluno às instituições públicas de educação superior, regulamentada pelo Decreto 7.234/MEC, de julho de 2010, a UFPI, por meio da PRAEC, tem assumido o compromisso de trabalhar as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e cidadania, contribuindo, assim, com a formação de

cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação.

Em vista disso, a UFPI desenvolve ações no âmbito da assistência estudantil nos *campi* que a integram, resultantes da implementação de um modelo social inclusivo, nas áreas de atenção à alimentação, moradia, saúde, psicopedagógica e social, realizadas pelas Coordenadorias de Assistência Comunitária (CACOM) e de Nutrição e Dietética (CND).

Segundo relatório da PRAEC/2012, a UFPI mantém programas de acompanhamento ao corpo discente e de estímulo à permanência na Instituição, tais como:

Serviço de Benefício ao Estudante – SEBE – contempla os estudantes com os seguintes auxílios: Bolsa Permanência; Moradia Universitária; Bolsa Alimentação; Bolsa Especial; Bolsa Inclusão Cultural e Apoio Acadêmico.

Bolsa Permanência - programa de transferência de renda que tem como objetivo de atender às necessidades básicas dos alunos, selecionados por critérios socioeconômicos, tendo como contrapartida o cumprimento de 12 horas semanais em atividades vinculadas a projetos de pesquisa, ensino e extensão ou administrativas.

Em 2012 foram beneficiados 633 bolsistas, sendo 129 do *campus* de Bom Jesus, 47 de Floriano, 140 de Parnaíba, 111 de Picos e 206 de Teresina, que corresponde a 35% das bolsas concedidas. O quadro 7 mostra a evolução na concessão de bolsas permanência nos *campi* e Colégios Técnicos Profissionalizantes.

Quadro 7 - Bolsa Permanência nos *campi* e Colégios Técnicos Profissionalizantes

CIDADE	*CAMPUS*/COLÉGIO TÉCNICOS	2010	2011	2012
Teresina	Ministro Petrônio Portella	481	391	553
	Colégio Téc. Profissionalizante	12	12	17
Bom Jesus	Profa. Cinobelina Elvas	195	150	258
	Colégio Téc. Profissionalizante	25	23	30
Parnaíba	Ministro Reis Veloso	233	179	370
Floriano	Amílcar Ferreira Sobral	115	85	189
	Colégio Técnico de Floriano	25	24	26
Picos	Senador Helvídio Nunes de Barros	280	251	357
Total		1.366	1.115	1.800

Fonte: Relatório PRAEC/2012

O Quadro 8 mostra a evolução das bolsas permanência/especial, por modalidade a partir do período 2010/2012.

Quadro 8- Concessão de Bolsa Permanência/Especial, por modalidade

MODALIDADE DE BOLSAS	2010	2011	2012
PIBIC/UFPI/PIBIC AF/PIBIT/PREX	398	417	443
Administração/PRAD	100	87	105
Total	498	504	548

Fonte: PRAEC/2012

Bolsa Alimentação - garante o acesso gratuito à alimentação balanceada, ofertada nos Restaurantes Universitários da UFPI, a estudantes de curso de graduação presencial, previamente selecionados pelo critério socioeconômico, além dos alunos PEC-G e de Colégios Técnicos Profissionalizantes. Em 2012, a UFPI atendeu 618 estudantes, o que representa um incremento na concessão desse benefício da ordem de 54.5%, em relação a 2009.

Programa Residência Universitária - moradia aos estudantes em vulnerabilidade social, procedentes de outros estados ou municípios (nos *Campi* "Ministro Petrônio Portela", "Senador Helvídio Nunes", "Amílcar Ferreira Sobral" e "Cinobelina Elvas"), com capacidade de atendimento para 576 estudantes.

Programa Auxílio Creche - auxílio financeiro concedido a alunos regularmente matriculados na UFPI, em situação de vulnerabilidade social, com filhos em idade de até dois anos e onze meses**.**

Projeto Inclusão Cultural - visa atender, prioritariamente, alunos em vulnerabilidade social beneficiários da política de assistência estudantil, interessados no conhecimento de uma segunda língua. Em 2012, o projeto atendeu 100 estudantes, sendo 60 no curso de língua inglesa, distribuídos nos níveis I, II, III e IV, e duas turmas iniciantes de alemão (40).

Ações nas Áreas de Esporte - conforme previsto nas ações do PNAES, a UFPI/PRAEC deu continuidade em 2012 à entrega de material esportivo, nos *campi* de Picos, Bom Jesus e Teresina, beneficiando 12 estudantes, do curso de Educação Física, que atuam como monitores no *campus* de Teresina.

Programa Apoio Acadêmico - com vistas à permanência do aluno no ambiente acadêmico, a UFPI adquiriu 30 Kits Odontológicos, para serem entregues

a alunos cotistas do curso de odontologia, compostos de 41 itens permanentes, essenciais às aulas nas disciplinas práticas do curso. Desde o primeiro semestre de 2011, foram atendidos com este benefício 21 alunos matriculados no 4º período do curso, com previsão de que, ao final do ano letivo de 2012, com a concessão dos 9 kits restantes, seja concluída a primeira etapa do projeto.

Projeto Apoio Didático-Pedagógico na Formação Acadêmica – destinado a alunos com dificuldades de aprendizagem não superadas em sala de aula. Em 2012 este projeto foi executado nos *campi* de Teresina e Bom Jesus, contando com 18 (dezoito) cooperadores didáticos, sendo 7 (sete) para Bom Jesus e 11 (onze) para Teresina.

Atendimento Pedagógico - realizado mediante análise dos históricos escolares; entrevista pedagógica individual; aplicação de questionário sobre hábitos de estudo; orientação educacional.

Por intermédio da PREX são disponibilizados aos alunos de graduação bolsas de extensão, distribuídas entre projetos cadastrados (PROEXT, conexão de saberes, PET-Extensão, PROBEX). E, por intermédio da PRPPG, são disponibilizadas bolsas de iniciação científica aos alunos da graduação. Aos alunos da pós-graduação *stricto sensu* e aos residentes são ofertadas bolsas específicas para essas modalidades, com subsídios do governo federal e com recursos próprios.

Além dessas ações, por meio da PREG, são concedidas bolsas de monitoria em todos os *campi.* Em 2012 foram distribuídas 2.356 vagas para monitoria, sendo 933 bolsas remuneradas. Outras bolsas da PREG que contribuem para inclusão social: Bolsas PEC-G (disponibilizadas para alunos estrangeiros); PROMISAES – “Milton Santos”, de acesso ao ensino superior; PET- Programa de Educação Tutorial e Pibid – Programa de Iniciação a Docência; Programa Jovens Talentos para a Ciência, Programa Ciência Sem Fronteiras (em 2012, 55 alunos participaram do programa) (UFPI/PREG, Relatório 2012).

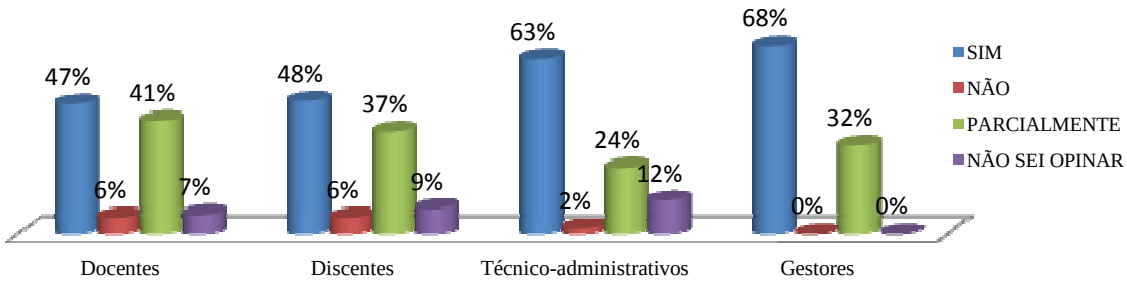
Ademais, outras ações são praticadas em prol do alunado, como por exemplo: o cursinho pré-vestibular, os cursos de extensão em línguas – inglesa, alemã, francesa e espanhola; escola de música e empreendedorismo (UFPI/PREX, Relatório 2012). No que se refere ao egresso, o acompanhamento está previsto no atual PDI, sob a responsabilidade da DIAI.

A CPA consultou a comunidade acadêmica acerca do apoio institucional ao desenvolvimento acadêmico dos alunos, à participação em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais e sobre os mecanismos de divulgação da produção acadêmica dos discentes.

Indagou também sobre a existência de políticas de acesso (por exemplo: cotas para oriundos de escolas públicas), permanência de estudantes com adequada relação com as políticas e com o contexto social. As respostas às indagações acima estão demonstradas nos Gráficos 37 a 39.

No que se refere às políticas de atendimento aos discentes, apenas 6% acreditam que a Instituição não oferece apoio ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A maioria, 56,5% dos respondentes, afirmou que "sim", 34% avalia que esse apoio acontece de forma parcial e somente 3,5% não souberam opinar, conforme Gráfico 37, a seguir.

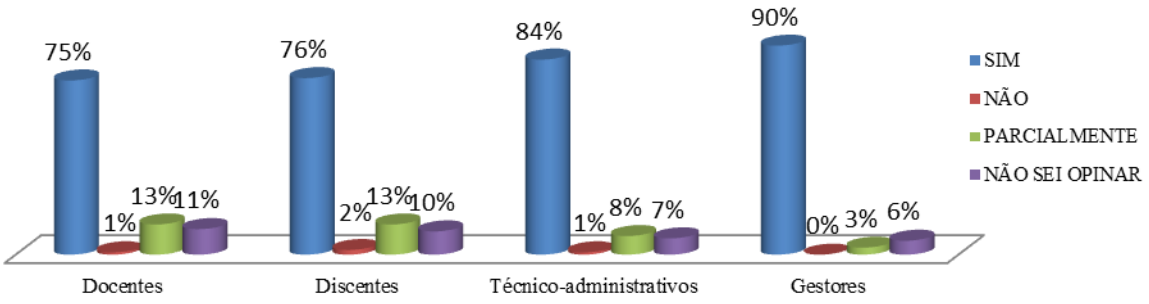
Gráfico: 37 Disponibilização de apoio acadêmico ao aluno



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Quanto às políticas de acesso e permanência de estudantes e à relação com as políticas e com o contexto social,o Gráfico 38 nos permite observar que 81,2 % reconhecem a sua adequação na UFPI. Um percentual insignificante de 1% dos participantes afirma a sua inexistência; 9,25% reconhecem a sua existência parcial e 8,5% não sabem opinar.

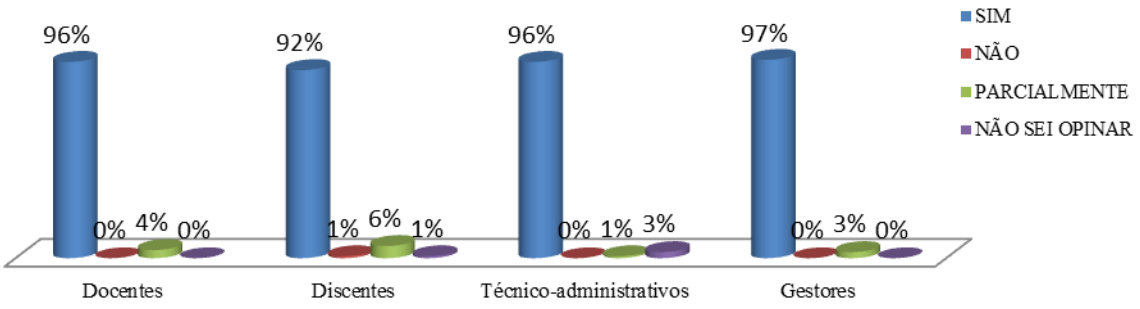
Gráfico: 38 Políticas de acesso e permanência estudantil



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Outra indagação foi acerca dos mecanismos de permanência disponibilizados aos estudantes. As respostas reforçam o conceito positivo de adequação das políticas da UFPI, apresentadas no Gráfico anterior, quando 95% dos participantes afirmaram ser importantes esses mecanismos para permanência dos estudantes na Instituição. Apenas 3,2% responderam que esses auxílios são parcialmente importantes para a permanência dos estudantes e um percentual insignificante respondeu “não” ou “não soube opinar”.

Gráfico: 39 Importância de mecanismos de permanência



Fonte: Dados empírica pesquisa, 2012.

Finalizando a análise desta dimensão, devemos ressaltar que a UFPI tem implementado uma política de assistência estudantil, de caráter inclusivo, garantindo o acesso e a permanência com qualidade aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica, na busca permanente pela universalização dessa politica.

3.10 Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira

Nas IFES, a maior parte dos recursos é oriunda do tesouro nacional, embora cada instituição busque a aquisição de outras fontes de recursos para permitir a sustentabilidade de suas atividades fins. Considerando-se que a sustentabilidade financeira reflete o esforço governamental e institucional direcionado à manutenção da estrutura acadêmica e à continuidade dos compromissos na oferta da educação superior, constata-se que a sustentabilidade da UFPI encontra-se em um patamar "equilibrado", visto que o orçamento de 2012 mostrou um incremento de 14,8% em relação ao ano anterior.

Segundo o Relatório de Atividades da UFPI-2012, o orçamento inicial de 2012 ultrapassou a 426 milhões de reais, com as despesas de pessoal representando 73% de custeio mais benefícios correspondendo a 22% e despesas de capital importando em 5%. Acrescidos os créditos adicionais, o orçamento final importou em aproximadamente 489,5 milhões de reais.

Além dos projetos financiados, gerados pela participação de docentes em editais, houve a captação de recursos extras, oriundos de convênios firmados com ministérios e agências de fomento, que importaram em mais de 7 milhões e 371 mil reais, sendo: recursos oriundos da CAPES: 2.445.414,00; da FINEP: 1.105.147,28; descentralização de créditos referentes ao programa de Residência Médica: R$2.093.357,33; recursos da SESU para o Programa de Residência Médica: R$ 618.145,34; e recursos do Ministério da Saúde: 1.109.626,20. Portanto, a UFPI vem se firmando como uma IES captadora de recursos para a garantia da sua sustentabilidade.

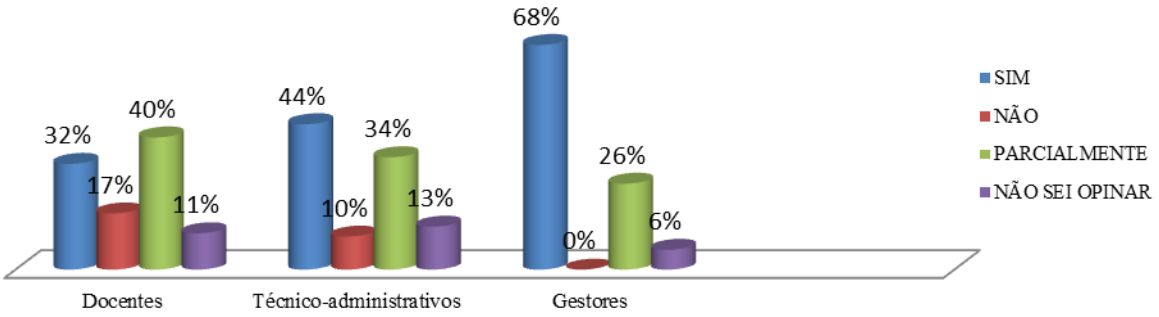
Segundo os dados do atual PDI, a Instituição vem trabalhando no sentido de bem administrar os recursos públicos e de distribuí-los, o mais uniformemente possível, no cumprimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nesta dimensão, a CPA consultou a comunidade acadêmica sobre a aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI, tendo em vista o atendimento às necessidades atuais da Instituição e se há aplicação uniforme entre estas atividades.

Quando consultada se "os recursos públicos gerenciados pela UFPI são bem aplicados e atendem às necessidades atuais da Instituição", o segmento docente

respondeu: “parcialmente” (40%) e “sim” (32%). Somente 28% dos docentes respondentes ficaram enquadrados nas respostas “não” e “não sei opinar” (17% + 11%). Já a maioria dos técnico-administrativos respondeu “sim” (40%), seguida da resposta “parcialmente” (34%) e apenas 23% dos respondentes desta categoria ficaram enquadrados na resposta “não” e “não sei opinar” (10% + 13%). Quanto aos gestores, a maioria (68%) respondeu “sim”, seguida de “parcialmente” (26%) e apenas 6% dos respondentes desta categoria ficaram enquadrados na resposta “não sei opinar”, sem nenhuma resposta “não” (Gráfico 40). Numa análise resumida desta pergunta verifica-se que, de forma geral, a comunidade acadêmica considera que o gerenciamento dos recursos públicos na UFPI atende às necessidades institucionais.

Gráfico: 40 Qualidade da aplicação dos recursos públicos gerenciados pela UFPI

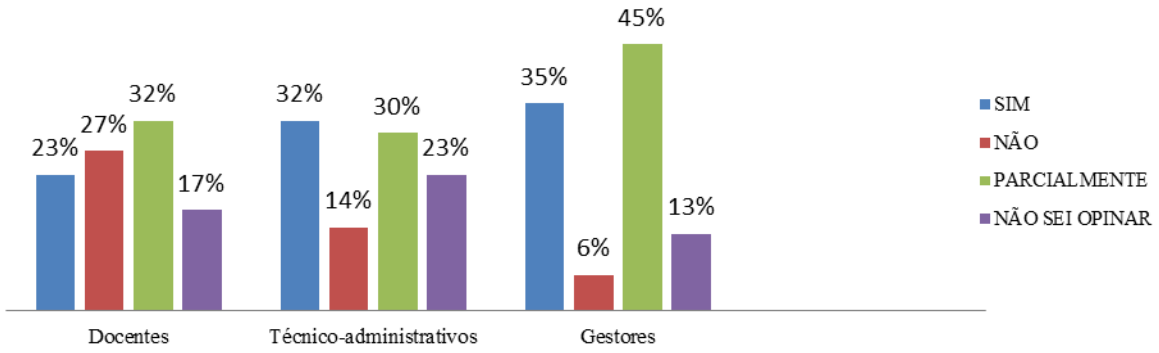


Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

Em relação à uniformidade de aplicação dos recursos para atendimento às atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPI, 32% dos docentes consideraram que tais recursos são “parcialmente” aplicados de forma uniforme, 27% consideram que “não”, 23% que “sim” e 11% declararam "não saber opinar”. Os técnico-administrativos responderam “sim” (32%), seguida da resposta “parcialmente” (30%); 23% dos respondentes desta categoria ficaram enquadrados na resposta “não sei opinar” e 14% na resposta “não”. Em relação aos gestores, 45% responderam “parcialmente”, 35% que “sim”, 13% declararam “não sei opinar” e 6% responderam que “não” é uniforme a aplicação dos recursos dentre as atividades fins Gráfico 40. Portanto, a maioria dos integrantes dos grupos de técnico-administrativos e gestores considerou haver uniformidade na aplicação dos recursos

e a maioria dos docentes considerou que essa aplicação é “parcialmente uniforme”. Assim, em consonância com o PDI/2010-2014, há necessidade de serem intensificados os esforços direcionados à aplicabilidade dos recursos destinados às atividades fins da UFPI, de maneira uniforme.

Gráfico: 41 Adequação da aplicação dos recursos em Ensino-Pesquisa-Extensão



Fonte: Dados empíricos da pesquisa, 2012.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relatório foram apresentados os resultados da análise de documentos e interpretação de dados advindos do entendimento da comunidade acadêmica frente às ações da UFPI, realizadas em 2012, no sentido de cumprir as metas estabelecidas no PDI.

A análise das dez dimensões aqui apresentada, permite considerar que as metas estabelecidas no PDI 2010-2014 estão sendo alcançadas, conforme avaliação da comunidade acadêmica. Fica demonstrado, portanto, o empenho da UFPI em aprimorar os seus esforços em favor da sociedade, no âmbito da educação superior, e de viabilizar as condições necessárias para que a Instituição possa concretizar a sua missão estabelecida no PDI 2010-2014.

A pesquisa demonstrou que, se há ainda desafios com os quais a UFPI tem que se deparar, por outro lado, as potencialidades que o contexto institucional apresenta são reais possibilidades de transformação. Tais desafios estão elencados à frente, como sugestões de melhorias decorrentes da autoavaliação e como ações necessárias em consequência ao processo avaliativo.

Conforme relatório da CPA/UFPI - 2011, a autoavaliação atinge sua finalidade "[...] quando a CPA identifica e indica para a instituição seus avanços e fragilidades sugerindo modificações a partir das análises realizadas [...]", pois o objetivo da avaliação institucional é gerar informações e produzir conhecimentos acerca da realidade institucional, objetivando o redimensionamento da mesma a partir de decisões tomadas em função da melhoria da qualidade do ensino.

Assim, é necessário que os resultados do processo de autoavaliação sejam efetivamente utilizados para reforçar e/ou redimensionar as práticas institucionais na direção da realização de seus objetivos e metas, tendo em vista a melhoria do ensino, pesquisa e extensão, assim como minimizar eventuais equívocos cometidos na gestão acadêmica.

Com esse entendimento, por meio da análise dos resultados obtidos no processo de autoavaliação 2012, a CPA reforça algumas proposições explicitadas no relatório de 2011 (tendo em vista que as mesmas ainda não foram implementadas) e apresenta novas proposições:

- ❖ Formação de grupos de estudos acerca da legislação da educação superior como mecanismo de difusão permanente de uma cultura avaliativa;
- ❖ Realização de seminário sobre funcionamento institucional – atividade que deverá constar no calendário universitário e ter caráter obrigatório para ingressantes, seja discente (de graduação e de pós-graduação), servidor técnico-administrativo ou docente, além da divulgação dos resultados aferidos pela Instituição e da autoavaliação institucional;
- ❖ Organização de fóruns de representantes de CPA de IES do Estado e da região, de forma que possam ser abordadas e compartilhadas as experiências decorrentes desse trabalho;
- ❖ Elaboração pela CPA de documento sintético a ser protocolado ao dirigente maior, acerca das considerações necessárias ao planejamento do exercício, a partir das considerações decorrentes das análises dos resultados da autoavaliação, de forma que possam ser efetivamente utilizados como instrumento de gestão;
- ❖ Criação de um programa de autoavaliação;
- ❖ Inclusão dos servidores terceirizados no processo de autoavaliação;
- ❖ Elaboração de relatórios pelas comissões setoriais;
- ❖ Divulgação dos resultados da autoavaliação nas reuniões dos departamentos e chefias de cursos.

Esperamos que este relatório de autoavaliação possa se consolidar como um instrumento de planejamento e gestão da UFPI, uma vez que fornece um diagnóstico da realidade onde foram apontadas as potencialidades e fragilidades das ações desenvolvidas na Instituição.

Teresina, 26 de março de 2013.

Comissão Própria de Avaliação Institucional

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. In: DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, Dilvo (orgs.). **Universidade desconstruída**: avaliação e resistências. Florianóplis: Insular, 2000, p.37-58.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial República Federativa do Brasil.** Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**: da concepção à regulamentação. 5. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

BRASIL. Ministério da educação, Comissão Nacional de Avaliação da educação superior. SINAES –**Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior:** Orientações Gerais para o Roteiro da Autoavaliação das Instituições. Brasília: INEP, 2004.

DIAS SOBRINHO, José**. Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, Luis F. Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 235 - 253, 2002.

POLIDORI, Marlis M.; Marinho-Araujo, Claisy Maria; BARREYRO, Gladys. SNAES: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Revista Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 14, n.53, out./dez. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Estatuto da UFPI**. Teresina: UFPI, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI-2010-2014**. Teresina: UFPI, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Autoavaliação Institucional da UFPI-2006-2008.** Teresina: UFPI, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Autoavaliação Institucional da UFPI-2010**. Teresina: UFPI, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Autoavaliação Institucional da UFPI-2011**. Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de atividades DIAI 2009/2012.** Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de atividade PRPPG**. Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários.** Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.** Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório da Pró-Reitoria de Extensão.** Teresina: UFPI, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Relatório de Gestão 2012 da UFPI.** Teresina: UFPI, 2012.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

Em observância à Lei 10.861/2004, faremos a nossa autoavaliação institucional, tomando-se como referencial o ano de 2011. Contamos com a sua colaboração para avaliarmos a nossa instituição com o objetivo de identificarmos os pontos que precisam ser fortalecidos, objetivando a melhoria da qualidade e o crescimento institucional em todas as áreas de atuação acadêmica. Há necessidade de opinarmos sobre as dimensões que integram o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Assinale **NÃO SEI OPINAR** naqueles itens sobre os quais julga não ter conhecimento suficiente para responder Sua participação faz a diferença!

DIMENSÃO 1 - A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

1.1 Você conhece a missão da UFPI?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

1.2 A UFPI tem compromisso com a sua missão, privilegiando-os em detrimento de interesses particulares individuais ou de grupo?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 2 - AS POLÍTICAS PARA O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO

2.1. Você conhece o Projeto Pedagógico do seu Curso?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE

2.2. Você acredita que a matriz curricular do seu curso é adequada à formação vislumbrada para o futuro profissional?
( )SIM
( )NÃO
( ) NÃO SEI OPINAR

2.3 Há articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão praticadas com as expressas no projeto do seu curso?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2.4 Há articulação entre teoria e prática na operacionalização do currículo do seu curso de graduação?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2.5 Há acompanhamento de qualidade nas orientações de estágio e/ou trabalhos de final de curso?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2.6 Há correlação das unidades curriculares do curso com o estágio?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2.7 O TCC/monografia é relevante para sua formação?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2.8 A carga horária para orientação do TCC/monografia é satisfatória?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2.8 A realização de atividades de iniciação científica e científico-culturais (congressos, seminários, encontros), ocorreu:
( ) FREQUENTEMENTE
( ) OCASIONALMENTE
( )NUNCA OCORREU
( )NÃO SEI OPINAR

2.10 As atividades de extensão, ocorreram:
( ) FREQUENTEMENTE
( ) OCASIONALMENTE
( )NUNCA OCORREU
( )NÃO SEI OPINAR

2. 11. AS atividades esportivas, ocorreram:
( ) FREQUENTEMENTE
( ) OCASIONALMENTE

( )NUNCA OCORREU
( )NÃO SEI OPINAR

2.12 . As atividades artísticas (corais, bandas, grupos de teatro) ocorreu:
( ) FREQUENTEMENTE
( ) OCASIONALMENTE
( )NUNCA OCORREU
( )NÃO SEI OPINAR

2. 13. Você esta satisfeito:
2.13.1. Com seu curso?
( ) SIM
( ) PARCIALMENTE
( ) NÃO

DIMENSÃO 3– A RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1 A UFPI oferece bolsas de apoio aos discentes menos favorecidos socialmente (ações afirmativas) e outras ações de interesse social?
( )SIM
( )NÃO
( )NÃO SEI OPINAR

3.2 A UFPI proporciona condições de acessibilidade (rampas, banheiros adaptados, telefones e bebedouros em altura compatível) e estacionamento demarcados para pessoas com deficiência?
( )SIM
( )NÃO
( ) PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.3 A UFPI proporciona a divulgação do conhecimento para setores da comunidade através de cursos, palestras, seminários e eventos científicos?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

3.4 A UFPI contribui com o desenvolvimento econômico e social do Estado do Piauí?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 4– A COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

4.1 Os meios de comunicação internos e externos da UFPI são eficazes?
( )SIM

( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4.2 Existem mecanismos adequados de comunicação e/ou sistema de informação nas/entre as unidades acadêmicas?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4.3 Existe estrutura de informação dirigida ao público interno e externo da UFPI (site, jornal, informativo, mala direta de e-mails, revistas, redes sociais, etc.)?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4. 4 Você já fez uso da OUVIDORIA da UFPI?
( )SIM E OBTIVE RESPOSTA
( )SIM E NÃO OBTIVE RESPOSTA
( )TENTEI E NÃO CONSEGUI
( )NUNCA UTILIZEI

4.5 Você considera que há boa imagem pública da UFPI junto à sociedade piauiense?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

4. 6 Há satisfatório atendimento ao público interno e externo pelos técnicos-administrativos, docentes e gestores nos diversos setores da UFPI?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 5 - POLÍTICAS DE PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.1 A UFPI mantém uma política de apoio à capacitação de docentes e técnicos administrativos?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

5.2 Qual o seu grau de satisfação em relação ao programa de formação continuada (treinamento de pessoal) realizado pela UFPI?
( )MUITO SATISFEITO
( )SATISFEITO
( )PARCIALMENTE SATISFEITO
( )INSATISFEITO
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 6 - ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO (REPRESENTAÇÃO NOS DIVERSOS CONSELHOS E COLEGIADOS)

6.1 A forma de organização e gestão da UFPI, sobretudo as representações dos colegiados, possibilita a participação dos representantes da comunidade acadêmica nos processos decisórios?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

6.2 O funcionamento e a representatividade dos Colegiados da UFPI cumprem os dispositivos regimentais e estatutários?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 7 – INFRAESTRUTURA GERAL

7.1 As salas de aula da UFPI são :
( )EXCELENTES
( )BOAS
( )REGULARES
( )RUINS/PÉSSIMAS

7.2 Os Laboratórios (de informática, de práticas laboratoriais, etc.), são:
( )EXCELENTES
( )BONS
( )REGULARES
( )RUINS /PÉSSIMOS

7.3 A Biblioteca Comunitária (salas de estudo/leitura e acervo (incluindo periódicos: jornais e revistas) são :
( )EXCELENTES
( )BONS
( )REGULARES
( )RUINS /PÉSSIMOS

7.4 Biblioteca Setorial de sua unidade de ensino (salas de estudo/leitura, acervo) é:
( )EXCELENTE
( )BOA
( )REGULAR

( )RUIM /PÉSSIMA
( )NÃO SE APLICA AO MEU CASO (por causa da lotação/inexistência)

7.5 Os auditórios da UFPI são:
( )EXCELENTES
( )BONS
( )REGULARES
( )RUINS/PÉSSIMOS

7. 6 As áreas de convivência/lazer e as cantinas da UFPI são:
( )EXCELENTES
( )BOAS
( )REGULARES
( )RUINS/PÉSSIMAS

7. 7 Os Bebedouros e os Banheiros da UFPI são:
( )EXCELENTES
( )BONS
( )REGULARES
( )RUINS/PÉSSIMOS

7. 8 Os serviço de internet e os recursos de tecnologia de informação e comunicação da UFPI são:
( )EXCELENTES
( )BONS
( )REGULARES
( )RUINS/PÉSSIMOS

DIMENSÃO 8- O PLANEJAMENTO E A AVALIAÇÃO

8.1 Você tem conhecimento da existência e funcionamento da COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)/COMISSÃO SETORIAL da UFPI?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

8.2 Você tem conhecimento da utilização dos resultados da avaliação interna da UFPI no planejamento Institucional (PDI) e na gestão?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 9 – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

9.1 A UFPI oferece apoio ao desenvolvimento acadêmico dos alunos, oportunizando a participação em atividades científicas, técnicas, esportivas e culturais e possui mecanismos de divulgação da produção acadêmica dos discentes?
( )SIM

( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

9.2 Existem políticas de acesso (por exemplo: cotas para oriundos de escolas públicas) e permanência de estudantes com adequada relação com as políticas públicas e com o contexto social?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

DIMENSÃO 10 – SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

10.1 Em sua opinião, os recursos públicos gerenciados pela UFPI são bem aplicados e atendem às necessidades atuais da Instituição?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

2 Os recursos públicos são aplicados de forma uniforme para atendimento às atividades de " Ensino, Pesquisa e Extensão" na UFPI?
( )SIM
( )NÃO
( )PARCIALMENTE
( )NÃO SEI OPINAR

Exercendo a cidadania você contribuiu para o fortalecimento da UFPI.
Agradecemos a sua participação!